PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
MESTRADO EM HISTÓRIA

NELSON DE AZEVEDO PAES BARRETO

O SUPLÍCIO DO CORPO E A DESTRUIÇÃO DO EU: SENSIBILIDADES DIANTE DA TORTURA NA HISTÓRIA RECENTE DO BRASIL

Goiânia, 2010

NELSON DE AZEVEDO PAES BARRETO

O SUPLÍCIO DO CORPO E A DESTRUIÇÃO DO EU: SENSIBILIDADES DIANTE DA TORTURA NA HISTÓRIA RECENTE DO BRASIL

Dissertação apresentada ao MESTRADO EM HISTÓRIA, da Universidade Católica de Goiás, Goiânia/GO, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo José Reinato

Área de Concentração: Cultura e Poder

Goiânia, 2010

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
MESTRADO EM HISTÓRIA

NELSON DE AZEVEDO PAES BARRETO

O SUPLÍCIO DO CORPO E A DESTRUIÇÃO DO EU: SENSIBILIDADES DIANTE DA TORTURA NA HISTÓRIA RECENTE DO BRASIL

Aprovado em: ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Eduardo José Reinato PUC GO
Presidente

_____

Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros PUC GO

_____

Prof. Dr. Itelvides Jose de Morais UEG

DEDICATÓRIA

À memória de minha mãe e meu pai.

Aos meus queridos Umbelino e Maria, foram tudo aquilo que qualquer filho espera, carinho, amor, proteção e, sobretudo presença. Foram pais de primeira, arquétipos, da casa da rua capitão João Antonio 3-48 em Bauru, interior de S. Paulo.

Marília Laboissiére

Parceira no bem e no mal, arguta, inteligente, capaz, me serve como abrigo no presente como foi no passado. A minha intenção é decifrá-la como filha, mãe, mulher, pesquisadora, mestre, doutora, palestrante internacional e por fim pianista. Esta dissertação foi lida por ela que forneceu comentários muito pertinentes, descobrindo uma série de exemplos que se mostraram vitais para a análise do tema.

Sandro Chiara e Bianca,

Sangue do meu sangue me ajudaram com críticas e sugestões que permitiram que a dissertação ganhasse sua forma final, gostaria de agradecer as suas presenças, com quem me sinto em débito, porque às vezes foram abolidas por muito trabalho.

Eduardo José Reinato

Ao professor pela diligência, dedicação e profissionalismo oferecidos generosamente nestes dois anos o meu respeito e admiração eternas.

AGRADECIMENTOS

Ana Paula Ambrósio Georges

Edgard Lincoln de Proença Rosa

Fouad Georges

Regina Célia da Silva

Fabiane Costa Oliveira

Wanda Barbosa Fernandes

Heloisa Selma Fernandes Capel

Chiara Laboissière Paes Barreto

Camila Ribeiro Barbosa

Célia Maria Guimarães

Frustrado em sua tentativa de congraçamento pacífico, Agostinho recorreu às sanções penais.

Por sugestão de Agostinho, reuniram-se os bispos católicos africanos e resolveram enviar ao imperador Honório um memorando, em que apelavam para a sua soberana intervenção no caso da dissidência donatista.

Em 405, com efeito, o imperador baixou decreto em que interditava o donatismo e estabelecia penas severas para todos os contraventores. O efeito desse decreto não se fez esperar: em pouco tempo, desapareceram os donatistas, pelo menos oficialmente.

Pedro Paulo Sena Madureira

Se alguns protagonistas foram a favor da tortura, como Geisel, desde que fosse feita discretamente, muitos insistiram em tomar caminhos desviantes, a história cuida de retraçar os seus percursos e colocá-los na linha da verdade.

Elio Gaspari

RESUMO

Entre os valores inerentes à própria condição humana está a vida. É sobre o valor da vida que esta dissertação pretende discutir, procurando evidenciar todos aqueles envolvidos nas lutas do tempo da Ditadura Militar no Brasil.

Acredito que a historiografia médica assim como as outras formas de historiografia tem uma longa tradição de estudos sobre a tortura. Neste trabalho, em especial, busca-se estabelecer conexões e explorar os recônditos mais sensíveis e impactantes da prática hedionda da tortura, sempre considerando que a vida humana é intocável. Nesse sentido, a melhor maneira de fazê-lo é explorar do mais simples ao mais complexo, não pretendendo, em nenhum momento, adotar a postura de um *expert*, apenas um apaixonado, tentando contagiar as pessoas com sua paixão.

No campo novo que é a História do Tempo Presente, algumas questões podem ser colocadas ao historiador: o que deve ser narrado? Quem são os atores históricos? Que evento deve o historiador rememorar? No caso específico deste trabalho, procura-se narrar o contexto da repressão militar, os envolvidos em práticas de interrogatórios, tendo como evento a prática da tortura e todas as verdades e mentiras, usadas na busca de explicações para uma época de exceção.

As páginas que se seguem são mais um estudo crítico - analítico de um fenômeno que se alastrou pelos cárceres e até pelos lares, como uma epidemia que o mundo parece fazer questão de não ver ou ouvir. Uma grande maioria prefere dizer que nada sabe ou nada viu, tal como participantes de um jogo em que os adversários, num pacto sinistro, preferem esquecer um tempo que foi entremeado de mártires e verdugos. Vivendo num paradoxo entre memória e esquecimento.

O objetivo deste trabalho consiste no estudo da tortura e toda sua complexidade. A medicina e a história médica muito têm a ganhar com o esclarecimento das sequelas resultantes das enfermidades decorrentes desse passado.

Oxalá, nós, historiadores, ainda tenhamos a oportunidade de manusear os documentos carimbados com o timbre de “secretos”, ”ultra-secretos”, “confidenciais“ ou “reservados”, fruto de um tempo, em que informação era matéria para poucos. Tal material ainda poderá proporcionar um painel geral e o *modus operandi* do sistema de informações e da ação dos mecanismos de repressão instaurados pela Ditadura Militar.

ABSTRACT

Among the values inherent in the human condition is life, and that's about it that this paper aims to discuss and opine, opting for an anthropological bias, a response to evidence, the common man in their midst who were involved in this conflict, during which paid for it.

I believe the medical historiography, as well as other historical disciplines, has a long tradition within which occupies the contents of this dissertation, torture, trying to establish connections and explore the recesses sensitive and striking when considering that human life is untouchable. In this sense, the best way to do it is to explore the simple to the complex and does not intend at any time to adopt the posture of an expert, just an enthusiast trying to infect people with his passion (which is newer).

The new field is the history of the present one question can be made to the historian what should be narrated? Who is the character? In this case, the character is an act, torture and all its truths and lies, with the aim to provide explanations for a time of emergency.

The pages that follow is a critical - analytical a phenomenon that is cheapened by chains, prisons, and even the homes, like an epidemic that the world seems to make a point of not seeing or hearing, where a large majority prefers to say that know nothing or participants saw a game where the opponents in a sinister pact, prefer to forget a chapter that was interspersed with executioners and martyrs, a paradox between memory and forgetting. The objective of this work is much more ambitious. It is the study of torture and all its complexity, with the consequent diseases, which would benefit from the clarification of this month in an attempt to help us eliminate its sequels, which like it or not, remain. We will study the stages of human life in all seasons but especially in the present, when we analyze the changing socio-economic, political, cultural and religious, that profoundly affected society, who could not or did not suppose that a storm would fall under the their heads, due to a paradox only capital and labor.

Hopefully, we historians will have the opportunity to have access the documents stamped with "secret", "Top Secret" "Confidential," "reserved", which could provide a general panel and the modus operandi of the information system.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **12**
RELATO DE QUEM ESTEVE NA GUERRILHA DO ARAGUAIA **16**
CAPÍTULO I. A TORTURA **20**
1.1 A TORTURA NO SEU ASPECTO GERAL 20
1.2 A TORTURA NO SEU ASPECTO HISTÓRICO 21
1.2.1 MALLEUS MALEFICARUM 23
1.2.2 MANUAL DOS INQUISIDORES 24
1.3 TIPOS E INSTRUMENTOS DE TORTURA NA INQUISIÇÃO 25
1.4 MÉTODOS DE EXECUÇÃO 32
1.5 A TORTURA NA HISTÓRIA DO BRASIL 40
1.6 A DOR DE SOFRER E FAZER SOFRER: A TORTURA 42
1.6.1 EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO 43
1.7 A MANIPULAÇÃO DA DOR ATRAVÉS DA TORTURA NO OCIDENTE 43
1.8 APRISIONANDO O CORPO E DESTRUINDO A ALMA: PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS DE SUPLÍCIO 44
1.9 CINCO MANEIRAS DE COLABORAR COM A TORTURA 46
CAPÍTULO II. DITADURA MILITAR E A OPÇÃO PELA PRÁTICA DA TORTURA **51**
2.1 A CONSTRUÇÃO DO APARATO DE REPRESSÃO 55
2.2 A TORTURA COMO POLÍTICA DE ESTADO 61
2.3 MÉTODOS DE TORTURA USADOS NO GOLPE DE 1964 64
CAPÍTULO III. O SUPLÍCIO: A DESTRUIÇÃO DO CORPO E DA IDÉIAS **70**
3.1 ASPECTOS QUE ATESTAM PARA O SIM OU NÃO DA VALIDADE DA TORTURA 70
3.2 O SUPLÍCIO DO CORPO 71
3.3 A TORTURA E A DESTRUIÇÃO DO EU 72
3.3.1 DEGRADAÇÃO E DOR 72
3.3.2 SINTOMATOLOGIA 74
3.3.3 EFEITOS DA TORTURA SOB O PSIQUISMO 75

3.3.3.1 SEQUELAS PSICOLÓGICAS 75
3.3.3.2 SEQUELAS SOMÁTICAS 76
CONCLUSÃO 77
REFERÊNCIAS 79
ANEXOS 83

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Roda de despedaçamento (www.silphos.vilabol.uol) 25
Figura 2: Berço de Judas (www.silphos.vilabol.uol) 26
Figura 3: Garfo (www.forum.priston.com.br) 27
Figura 4: Garras de gato (www.xlamurias.blogspot.com) 28
Figura 5: Pêra (www.omartelodafeiticeira.com.br) 29
Figura 6: Esmaga cabeça (www.omartelodafeiticeira.com.br) 30
Figura 7: Quebrador de joelhos (http://santainquisicaocatolica.blogspot.com) 31
Figura 8: Gaiola suspensa (www.omartelodafeiticeira.com.br) 32
Figura 9: Guilhotina (www.historiadomundo.com.br) 33
Figura 10: Serrote (www.históriadomundo.com.br) 34
Figura 11: Espada machado e cepo (www.históriadomundo.com.br) 35
Figura 12: Garrote (www.históriadomundo.com.br) 36
Figura 13: Submersão (www.históriadomundo.com.br) 37
Figura 14: Empalação (www.históriadomundo.com.br) 38
Figura 15: Cremação (www.omartelodafeiticeira.com.br) 39
Figura 16: Estiramento (www.omartelodafeiticeira.com.br) 40
Figura 17: CENAS DE ABU GHRAIB 42
Figura 18: afogamento simulado (www.citadinoblogspot.com.br) 45
Figura 19: PAU DE ARARA 66
Figura 20: O banho chinês (www.insightpublicidade) 69
Figura 21: Foto de Antônio Carlos Bicalho Lana, morto em 1973, encontrado no DOPS/SP 73

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema central o suplício do corpo, representado pela tortura, levada a cabo pela Ditadura Militar no Brasil. Esse período negro da história brasileira gerou a destruição de *personas,* de identidades, enfim, do eu de centenas, senão milhares de pessoas.

No entanto, ainda que o tema tenha um recorte histórico, sua perspectiva é de atualidade. Observando recentes manifestações do poder público no Brasil, a discussão sobre a tortura ainda se faz presente no cotidiano de parlamentares, grupos de direitos humanos e, principalmente, em organismos de defesa da vida.

Este estudo trata a questão da tortura no sentido estrito. Assim, há a compreensão e o pressuposto de que a tortura passe do sentido físico para o sentido psicológico. E, na extensão desse entendimento, pressupõe-se a tortura como uma imposição desnecessária de sofrimentos, em plena contradição aos Direitos Humanos fundamentais, e à cidadania.

Não é necessário estender muito para descrever a Ditadura Militar como um momento em que a contradição aos Direitos humanos e à cidadania foi marcante. Nesse tempo, delimitado cronologicamente entre 1964 e 1985, a tortura política e a tortura a presos comuns foi prática constante. O fato é que, por mais que ainda tenhamos avançado no sentido da democratização do país, a tortura ainda continua vigente. As próprias autoridades não fazem do combate à tortura um momento privilegiado de constituição da prática cidadã e de uma sociedade mais justa, ou ao menos, de uma sociedade demarcada por uma simples lógica da justiça.

Em recente relatório da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, datado de 2005, a conclusão maior ainda é a da presença da tortura no Brasil. Isso, apesar de haver prescrição jurídica na constituição de 1988. A prescrição legal da tortura foi inserida na Constituição Federal brasileira, sendo que tal referência proibitiva da tortura deve ser observada por todos os cidadãos e autoridades, sejam elas de direito público ou privado. No Artigo 5. ° da Constituição brasileira podemos encontrar a seguinte referência à questão da tortura: “Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante”. A lei considera a tortura um crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia. Portanto, o desrespeito constitucional é tal qual, ou talvez ainda pior, pois hoje não

se vive um “regime de exceção”, como se autodenominavam os militares que se assenhorearam do poder em 1964.

A imputação penal do crime de tortura, porém, somente foi descrito em 1997 com o advento da Lei n.° 9455. Segundo esta lei, a tortura consiste no constrangimento capaz de causar a alguém sofrimento físico, mental com o emprego de violência, grave ameaça. Com a finalidade de obter alguma informação, declaração, confissão desta ou de terceira pessoa, para provocar uma ação, omissão de natureza criminosa, em razão de discriminação racial, religiosa, assim como agir desta mesma forma com a finalidade de castigo ou como medida de caráter preventivo contra pessoa que estiver sob a guarda, poder ou autoridade do agente, o torturador.

O crime de tortura, tal como qualificado penalmente, não se encontra ligado a um agente específico. Mas ainda hoje se pode notar que é cometido por funcionários dos órgãos públicos ligados ao poder de polícia. Apesar de o ordenamento jurídico brasileiro criar interditos contra esta prática hedionda, a garantia dos direitos humanos, o controle e fiscalização destes direitos, e a luta pela observância da inviolabilidade da vida humana no Brasil, não produziu resultados que pudessem ser considerados satisfatórios e equilibrados. Esta nação é marcada, desde seu nascimento, pela inobservância da regularidade constitucional, no que diz respeito à dignidade do ser humano por suas instituições.

A tortura não é tomada, neste estudo, como um produto da malvadeza, da ação individual de homens sem escrúpulo ou da propensão do ser humano à maldade. A tortura tem ligação direta com o poder. Assim sendo, é fundamental que tenhamos em mente que a tortura não é uma invenção dos carrascos legitimados a partir do AI-5. Não, de forma alguma, esta datação não condiz com a realidade da perseguição política no Brasil pós-64. Talvez seja importante lembrar que provavelmente o primeiro caso de tortura de que se tem conhecimento, fruto da ação da ditadura militar, ocorreu ainda em 1964. A vítima? O líder comunista Gregório Bezerra. Este personagem foi arrastado pelas ruas de Pernambuco, além de ter sofrido diversas torturas na prisão. Mas, apesar desse fato ter sido denunciado e descrito por organismos da imprensa, a Ditadura, que ainda não havia imposto o controle sobre a imprensa, tratou como um fato corriqueiro de perseguição policial, ou seja, levava-se em conta a prática de desmandos pelas polícias para justificar a ação violenta, a ponto, inclusive, de o General Castelo Branco vir a público para afirmar que não havia tortura no Brasil.

É fato que, ao longo do processo político de consolidação da Ditadura Militar, tentou-se justificar a ação de repressão. O discurso militarista intentou instaurar uma cultura do medo. O medo ao terror. Portanto, a tortura passaria a ser um “mal necessário”, uma arma para uma “guerra suja”, em que os combatentes lutavam sem nunca levar em conta as convenções de Guerra de Genebra. Essa retórica da Ditadura construía-se sobre a negação da tortura para a sociedade e de sua prática nos porões, para aniquilar a oposição. No entanto, fossem organismos especializados das forças armadas, como grupos paramilitares atuando em apoio ao regime, produziram-se inúmeros casos de pessoas seviciadas para ceder informações. Outra centena, talvez tenha sido executada por não suportar o tratamento desumano aplicado pelos agentes de repressão.

Vale lembrar que o Brasil produziu uma enorme capacidade de elaborar, reelaborar, inventar e reinventar mecanismos e práticas de tortura. Desse modo, é que, mais tarde, já na década de 70, repassaria a outras ditaduras latino-americanas seu aprendizado através das aulas de tortura, em que se utilizavam presos políticos como cobaias.

A Ditadura Militar produziu a tortura como política pública de Estado. Dessa maneira, a prática da tortura contava com uma ampla rede, fosse de profissionais diversos e de colaboradores que auxiliavam os órgãos de repressão a camuflar as mortes ocorridas por sua causa. É nesse sentido que este trabalho tem um significado especial para mim. Profissionalmente, optei pela carreira da Medicina. Especializei-me em ortopedia ao mesmo tempo em que a ditadura se implantava no Brasil. Convivi com experiências nesse tempo que me ajudaram a entender os caminhos e descaminhos da história. Pela história me apaixonei e, depois de algum tempo, percebi que era necessário aprendê-la um pouco mais. Sabia, desde meus tempos de universidade de medicina, que alguns dos responsáveis por ajudar a ditadura em suas mentiras foram os médicos legistas que assinavam laudos encobrindo os sinais e as mortes sob torturas. No entanto, a farsa dos laudos necroscópicos mentirosos e fraudados só seria desmascarada na década de 90. Até então, somente alguns casos de morte sob torturas caíram em conhecimento público.

Um caso que causou grande consternação nacional foi a morte do estudante de medicina e guerrilheiro da ALN Chael Charles Scheirer[1]. Para os órgãos de

[1] Chael Charles Scheirer, estudante de medicina torturado e morto em novembro de 1969. Saber mais em WWW.torturanuncamais.org.br

repressão, Chael teria sido morto em confronto com a polícia. No entanto, a história parece ter sido outra. Ao que se pode constatar, Chael foi preso e torturado até a morte. Seu laudo necroscópico não fazia referência a nenhum tipo de tortura. Os militares e o Instituto Médico Legal, não sabiam, no entanto, que Chael era judeu. Assim sendo, para ser sepultado, mandava a tradição que se realizasse um ritual de lavagem do corpo. Nesse momento, de posse do corpo, seus familiares descobriram a real causa de sua morte.

No presente trabalho, lançamos mão de depoimentos de torturados, e de análise destes depoimentos. Outro recurso, embora parcamente utilizado, foi a narrativa autobiográfica, visto que participamos desse processo como médicos nos postos de saúde, em que chegavam e chegam ainda pessoas frutos de maus tratos e, muitas vezes, sevícias diversas e até de torturas.

Para entender melhor tal processo no passado e no presente, bem como na tentativa de evitar a repetição dessa prática no futuro, tentamos entender as origens da prática da tortura na história. Essa é a temática do primeiro capítulo.

No segundo, procuramos historicizar a prática da tortura no contexto da Ditadura Militar no Brasil. Para isso, utilizamos as referências daqueles que instituíram a prática de interrogatórios políticos sobre tortura, suas justificativas, confrontando-as com os relatos de prisioneiros e torturados.

No terceiro capítulo, buscamos fazer uma relação entre a prática da medicina em tempos de ditadura e a ética médica. Por fim, no quarto capítulo, intentamos analisar alguns dos aspectos psicológicos advindos da prática da tortura, enquanto elemento destruidor do eu, da pessoa, não apenas da integridade física, sobretudo, da integridade mental do torturado e de seus descendentes e de pessoas próximas, pois a tortura, quando transformada em política de estado, se transforma numa ação de resultados sociais incalculáveis.

Este trabalho, embora seja uma dissertação de mestrado, visa ser também um libelo contra a prática da tortura e de qualquer violência, pois aprendemos, desde muito cedo, que tal qual a Medicina, o objeto do historiador é, antes de tudo, a vida humana. E o sonho desses dois cientistas deve ser sempre a vida mais humana em sociedades mais justas, caminho que deve ser sempre buscado por qualquer sujeito histórico.

RELATO DE QUEM ESTEVE NA GUERRILHA DO ARAGUAIA

O general Médici jamais se referiu em público à guerrilha, atitude diferente da adotada quanto aos movimentos liderados por Carlos Lamarca, no Vale da Ribeira, em 1970, ou o de 1966 na serra de Caparaó, que foram amplamente divulgados pela imprensa.

Convém analisar as causas da escolha de cidade de Xambioá, norte de Goiás, hoje território tocantinense, como início das preparações para futuras operações militares, uma vez que os atores não procediam daquelas áreas, os contrastes entre a cidade e o campo, naturalmente, eram estranhos ao seu cotidiano.

Uma segunda hipótese seria o peso da força militar do sudeste, que tinha uma clara superioridade sobre os diversos movimentos, já quase todos desarticulados, ou destruídos. A proximidade do Araguaia e a mata compacta certamente seria um escape em caso de um cerco mais intenso, porque, na verdade, eles sabiam que as forças do governo estariam chegando mais cedo ou mais tarde.

A chegada dos guerrilheiros foi em 1967, quando começaram implantar os primeiros projetos agropecuários subsidiados pela Sudam que, até 1977 tinha aprovados 336 projetos, naturalmente não para o pequeno lavrador. A chamada “marcha para o oeste” que aconteceu nos Estados Unidos no século passado foi muito diferente. Lá, o primeiro que chegasse escolhia a terra, enquanto que, por aqui, era o que primeiro chegasse aos cofres do governo. O lavrador trabalhava a terra com seus braços e o sangue de sua família até o momento em que chegasse o proprietário com a devida papelada, raramente com títulos legítimos. Enfim, na realidade, já era uma guerra esperada há muito tempo.

De todos os relatos descritos, vai se formando uma sensação estranha do não dito ou não escrito, de quem viu e sentiu esse momento de importância histórica e guardou só para si. Seria medo, temor de represália, covardia, ou falta de credibilidade?

O relato abaixo é fruto não de um espectador privilegiado, mas de um protagonista, é uma relato constituído de lembranças que já se vão esvaindo da memória de um idoso, que nem sempre obedece ao mínimo razoável. Pode conter

fatos não bem explicados, de acertos de conta, da falta de princípios éticos básicos, mas de qualquer maneira foi uma tentativa, não sei se bem sucedida de contar fatos que vi e presenciei.

Eram muito estranhos os personagens que estavam no aeroporto, uns fardados, evidentemente os da PM, outros de terno azul marinho, sapatos e meias e gravatas pretas e o terceiro grupo destoava dos demais, todos com barba e cabelos compridos, atitude estranha para militares. Alguns dias depois a verdade aparece: essa era uma guerra de guerrilha, que não obedecia a regras da Convenção de Genebra, enfim uma guerra sem ética, suja, escondida aos olhos do mundo, imoral e sangrenta, na qual os envolvidos não eram identificados pelo seu posto, uma vez que os oficiais seriam naturalmente os mais visados.

Destino? Eu não sabia, mas percebia por instinto, pelos movimentos e olhares que alguma coisa grave estava acontecendo, mas o que seria? A viagem foi tranquila no Hercules da FAB, sem sobressaltos, até o momento em que o avião fez uma parábola para aterrissar, então foi possível ver cinco ou seis helicópteros armados com uma metralhadora ponto 50 na proa e outra ponto 50 na popa. Nesse momento, inicia um diálogo surreal, quando perguntei ao meu vizinho de assento:

- Onde estamos chegando?

A resposta veio rápida e certeira:

- Para guerra, meu filho. Você está vendo lá embaixo, temos um batalhão de soldados especializados em Guerra na Selva, mais a Polícia Federal e vocês da PM de Goiás.

- Mas por quê?

- Não estou te entendendo, você vem para uma guerra de guerrilha e não sabe que lá embaixo estão acantonados mais de oitenta terroristas, que pretendem que o Brasil seja dominado pelos comunistas?

Pelo que vejo, a desproporção numérica é muito grande, tanto em homens como em armas, parece que o desaparecimento dos guerrilheiros será rápido.

- Gostaria de fazer outra pergunta. Posso? Como é possível que ninguém saiba disso? Não aparece nos jornais, nem nas revistas. Parece que nem mesmo as pessoas de Goiânia sabem disso.

- É porque os jornais estão censurados. Não podem dizer nada, já que se trata de uma guerra de guerrilha em que a Convenção de Genebra não vale nada.

Logo que estávamos em terra, me apresentei ao capitão comandante do destacamento, pronto para iniciar o trabalho. Ouvi a seguintes palavras: “tome esse 45 e você será sempre acompanhado aonde for pelo cabo, porque o médico de lá morreu, e você deverá ficar muito visado, tome cuidado.” Pela manhã no café, vejo os “mateiros” presos por grilhões nos tornozelos e punhos em fila indiana. Caminham para tomar café, estão maltrapilhos, sujos, magros e com aquele olhar sem esperança, de quem não vai chegar a lugar algum.

Perguntei-me o que poderiam ter feito esses homens para merecer um castigo tão cruel. Soube, depois, que era por terem ajudado os guerrilheiros, dando-lhes água e comida; algumas vezes, lhes ensinado os caminhos.

A minha função como médico era sair com o helicóptero, pela manhã, para avaliar os soldados que estavam acampados nas bases mais distantes, levando remédios, principalmente para malária, que era endêmica na região. Como não eram atribuição da PM os interrogatórios, o material para tortura era muito pobre, principalmente no que se refere a instrumentos de eletricidade. Mas a presença do Araguaia supria essas faltas e o afogamento era a técnica de tortura mais usada. Outra solução simples era o uso de latinhas de massa de tomate abertas, fazendo o torturado ficar em pé com todo seu peso encima das latas, o que provoca dores lancinantes, porque a sola do pé é extremamente sensível pelas inúmeras terminações nervosas.

A função da PM era de segurança do acampamento, o que diminuía e muito sua ação militar, já que sua participação no combate não existia. Assim me sobrava tempo para atender no Hospital da cidade. No acampamento, existia um quadro grande com as fotos de todos os guerrilheiros do Araguaia e, à medida que eram presos ou mortos, se fazia um X sobre a foto, o que significava fora de combate. À medida que a guerra continuava, os X aumentavam, persistindo somente aqueles lendários como Dina, Osvaldão, considerados mitos, por isso os mais procurados. Em conversas à “boca pequena”, dizia-se que Osvaldão atirava com dois 45, um em cada mão e não errava uma.

O tempo conspirava a favor dos militares que sabiam que, cada vez mais, faltaria comida, roupas e munição para os rebeldes continuarem a batalha, que já estava perdida. Para eles, era questão somente de tempo, tudo estaria acabado como realmente aconteceu. A guerrilha durou pouco, embora os guerrilheiros estivessem razoavelmente preparados, apesar da inexperiência nesse tipo de

combate, além evidentemente de um maior conhecimento do adversário. Em muitas ocasiões, os grupos ficaram isolados, a maioria foi morta ou capturada; pouquíssimos conseguiram fugir, acabando o sonho de uma nova “Sierra Maestra”.

CAPÍTULO I
A TORTURA

1.1 A TORTURA NO SEU ASPECTO GERAL

Na busca de uma contribuição para diminuir o fenômeno da violência, este trabalho apresenta discussões sobre alguns pontos vividos e sentidos a respeito da violência, sua relação com o Estado e alguns dispositivos que permitam enfrentar a sua crescente produção.

A finalidade da tortura é produzir dor extrema, fazer do corpo, que não é só formado por uma condição biológica, um “pergaminho” onde se registra uma espécie de “caligrafia” e vestígios, carregados de significados.

Com a criminalização em nível mundial a tortura se cristaliza como normal no mundo contemporâneo e praticada cotidianamente sob as mais diversas formas, nos presídios, quartéis, e também nos lares. Pessoas mal informadas ou ingênuas não conseguem perceber que o jogo dos dominadores é feito através dos meios de comunicação de massa, que fazem parecer serem os direitos humanos um perigo para o patrimônio, uma defesa da criminalidade, ou apenas uma defesa dos pobres, em detrimento dos detentores de algum tipo de bem.

Em relação à tortura, o argumento também é válido. Quando se pressupõe que alguém seja suspeito de algum tipo de crime, de imediato se associa a esse indivíduo a perda de um aspecto fundamental da vivência cidadã, qual seja a de que o Estado é que tem o dever de demonstrar sua culpa, e não de pressupô-la apenas. No entanto, na maioria das vezes, sobretudo se for afro-descente e pobre, a pessoa não tem direito a ter sua dignidade respeitada.

A aplicação da tortura é um tema por demais envolvente podendo passar da repugnância ao nojo, mas certamente seduz aqueles que porventura enveredam por esse caminho, sobretudo ao se levar em consideração que é o crime mais bárbaro que se pode perpetrar contra um ser humano.

Para estudar a tortura, é necessário entender a importância da dor nos seus vários estágios e formas que podem ser físicas, espirituais, ligadas a uma perda ou frustração. A relação da dor com a humanidade não esteve sempre igual no curso dos séculos e nem é igual nas diversas latitudes.

Nas populações primitivas, a dor era interpretada através da magia, como que causada por um demônio que entrava no corpo, ou de um fluido mágico, ou de um objeto maléfico. Nesse contexto, a dor era a comprovação, a testemunha da existência de um espírito inimigo dentro da pessoa. A pessoa, para parar de sofrer com esse fenômeno, deveria ser machucada, perfurada ou mesmo sofrer um tipo de incisão de forma que, através de uma pequena ferida, saíssem os espíritos malignos, causadores das manifestações de dor. Aristóteles, já no séc. IV a.C., como Platão, propugnava que se devia procurar conhecer os mecanismos que causam tanta dor, para procurar a cura e a solução.

Para Glauco Mattoso[2], a história da tortura pode, basicamente, ser dividida em três fases: A primeira fase é das atrocidades tribais da dita barbárie pré-clássica; a segunda é a tortura institucionalizada da tirania e impérios antigos, medievais, modernos e coloniais; a terceira, quase sempre clandestina, das Repúblicas e das ditaduras contemporâneas.

Paul Ricoeur, quando trabalha com tempo e narrativa, chama à atenção para a violência, achando que o historiador deve ser sempre impessoal e ocultar seus sentimentos à narrativa dos fatos. No entanto, ocorrem acontecimentos em que é impossível manter a neutralidade, citando como exemplo Auschwitz como uma forma de violência que não deve e não pode ser esquecida. Aponta também a impossibilidade de se controlar o tempo ou de se legislar sobre o imperdoável. O perdão deve haver desde que sua prescrição não seja através do tempo; justiça, para ele, se supõe um esquecimento da dívida, mas não dos fatos

1.2 A TORTURA NO SEU ASPECTO HISTÓRICO

Nada sabe de sua arte aquele
Que lhe desconhece a história
(Johann Wolfgang Goethe)

"Então o Senhor Deus fez cair em um profundo sono o homem , que adormeceu , tirou uma costela dele, e recolocou a carne no seu lugar" sendo Deus provavelmente o primeiro cirurgião a fazer tal intervenção. Mas foi uma exceção

[2] Glauco cursou biblioteconomia na Escola de Sociologia e Política de São Paulo e letras vernáculas na USP. Nos anos 70, participou da resistência cultural à ditadura militar através do grupo dos "poetas marginais"

porque, por milênios os médicos perfuraram, amputaram, não dando nenhum alivio para a dor.

Galeno[3], médico, anatomista e filósofo grego, dizia que a dor estava localizada no cérebro e o tratamento para combater a dor deveria ser através da cirurgia e com remédios. Nutria muito respeito pelo enfermo e agia à base de raciocínio médico muito moderno para a época.

Segundo Paracelso,[4] o cirurgião ideal seria aquele que reunisse desumanidade e frieza, sendo aquele que suportasse estoicamente a dor mais viril, os lamentos e os gritos demonstravam o sucesso do intervindo, que não deixava de ser uma tortura.

O registro de maus tratos e penas cruéis data desde a Idade dos Metais. De inicio, obedeciam ao principio de Talião, ou seja, “olho por olho dente por dente” quando o subjugado recebia penas de acordo com o que tinha feito. No séc.XVIII, na Babilônia, no segundo milênio antes de Cristo, se obedecia ao Código de Hamurabi, que regulava a vida social através de penas severas e degradantes como fraturas, empalação, fogueira entre outros.[5]

A lei Mosaica do Antigo Testamento vai à defesa dos escravos, mas o livro Eclesiástico, entretanto, admite a tortura, embora defenda a dignidade deles. Alguns versículos como os que seguem, apontam esses aspectos: “Se alguém ferir seu escravo ou a sua serva com uma vara, e o ferido morrer debaixo da sua mão, será punido” (Êxodo 21,20); no livro do Eclesiástico: “Jugo e rédea dobram o pescoço, e ao escavo mais torturas e interrogatórios” (Eclesiástico 33,27). “Tens um escravo? Trata-o como um irmão, pois necessitas dele como de ti mesmo”. (Eclesiástico 33,32)

---

[3] Galeno iniciou seus estudos em filosofia emedicina por volta de 146 d.C em Pérgamo, sua cidade natal. Por volta de 170, Galeno realizou uma experiência que iria mudar o curso da medicina: demonstrou pela primeira vez que as artérias conduzem sangue e não ar, como até então se acreditava. No campo da anatomia, Galeno distinguiu os ossos com e sem cavidade medular. Descreveu a caixa craniana e o sistema muscular. Pesquisou os nervos do crânio e reconheceu os raquidianos, os cervicais, os recorrentes e uma parte do sistema simpático. Galeno também foi o primeiro a demonstrar (baseado em experiências) que o rim é um órgão excretor de urina. Farmacologia também interessava Galeno.

[4] Paracelso, pseudônimo de Phillipus Aureolus Theophrastus Bombastus von Hohenheim, (Einsiedeln, 17 de dezembro de 1493 — Salzburgo, 24 de setembro de 1541) foi um famoso médico, alquimista, físico e astrólogo suíço. Foi educado na Áustria e quando jovem trabalhou em minas como analista. Formou-se em Medicina na Universidade de Viena em 1510, quando tinha dezessete anos. Especula-se que ele tenha feito o seu doutorado na Universidade de Ferrara.

[5] Ver em PEINADO, 1982.

Os assírios foram um dos primeiros a torturar os escravos capturados nas guerras e no séc. VIII a.C., somente os escravos pereceram sob maus tratos, principalmente em Roma e Grécia, onde poupavam os homens livres.

Historicamente, a tortura era considerada lícita e admissível seja na antiga Grécia ou Roma, mas essa concepção é contestada graças aos escritos publicados sobre esse argumento por Voltaire, baseado em ideais iluministas que mostrava ser a prática da tortura lesiva à dignidade humana e ineficaz como elemento probatório sob o plano do direito penal.

No séc. V, o cotidiano da Idade Média era maximizado com os mais hediondos suplícios, prática que durou muitos séculos com a Inquisição, cuja finalidade era combater as heresias. Para tanto, os dominicanos Heinrich Kramer e Johan Sprenger criaram o *Malleus Maleficarum*, que funcionava como uma bíblia dos inquisidores. O *Malleus Maleficarum* era uma espécie de manual contra a bruxaria que previa diagnósticos e prognósticos.

1.2.1 MALLEUS MALEFICARUM

O “Martelo das Bruxas” ou “O Martelo das Feiticeiras” (título original em latim: Malleus Maleficarum) [6] é como o próprio nome está sugerindo um manual de diagnóstico para bruxas, publicado em 1487. A primeira parte desse manual ensinava os juízes do Santo Ofício a saberem quem eram as bruxas e seus aspectos mais importantes, e mais seguro de diagnóstico; a segunda expunha todos os tipos de maldades, colocando em ordem e explicando-os detidamente; a terceira parte se ocupava dos aspectos jurídicos e legais, de como agir contra as bruxas, demonstrando como tirar delas uma confissão e no fundo condená-las.

Como uma norma, as condenadas não tinham direito a defesa através de advogados, sendo que as penas variavam da morte ao confisco dos bens, os inquisidores deveriam ter no mínimo 40 anos, com conhecimento de direito canônico, cuja autoridade era outorgada pelo Papa e, em caso de condenação, os inquisidores recebiam uma parte do espólio. Portanto, a inquisição podia ser uma coisa extremamente lucrativa.

---

[6] Malleus Maleficarum em uma edição de 1669, Lyon.

A partir do séc. XVIII e começo do séc. XIX, a punição pública inicia um processo de extinção, que vai se esvaindo com certa discrição, fazendo desaparecer o corpo do suplicado, esquartejado, queimado, amputado.

1.2.2 MANUAL DOS INQUISIDORES

Os autores do Manual dos Inquisidores pertenciam à ordem dos dominicanos que, pelo desapego aos bens materiais, através do exemplo de São Francisco de Assis, eram julgados os mais capacitados para assumirem cargos dentro do Tribunal do Santo Ofício.

Nicolau Eymerich nasceu em 1320 em Gerona, no reino da Catalunha e Aragão. Dominicano, com excelente formação jurídica e teológica em 1357 já é inquisidor-geral do reino. Exerceu o cargo até 1392. No decorrer do exercício dessa função, houve duas interrupções, foi exilado dos territórios de Catalunha e Aragão, por excesso de zelo inquisitorial, mas foi compensado em 1371, com o convite para ser o capelão do papa Gregório IX. Escreveu o Manual dos Inquisidores em 1376, no exílio em Avinhão e depois em Roma, o que o tornou famoso. Morreu na cidade de Gerona em 1399.

A obra “O Manual dos Inquisidores”, segundo Liliane Pinheiro da Luz,

> [...] constitui uma obra retilínea e severa, restringindo a atuação e o funcionamento do Santo Ofício. Por ser filha de seu tempo esta obra não é apenas um livro que conta como funcionava a Inquisição, mas através dele pode-se também observar aspectos inerentes à sociedade da época, não é a toa que ao final da obra o autor faz um inventário das 22 rubricas mais recorrentes que o inquisidor pode consultar rapidamente como se fosse um fichário, afinal a Inquisição lidava com seres que estão propensos a reagir de diferentes formas conforme a situação em que se encontra e somente a Deus e seus representantes, cabe julgar as atitudes e ações contrárias a suas determinações, bem como estipular o valor da fiança a ser paga para a salvação de sua alma. [7]

Francisco de La Peña foi o autor que revisou e complementou a obra de Eymerich, fortalecendo o “direito comum inquisitorial” como norma geral a ser seguida o quanto possível por todos os inquisidores. Embora de La Peña seja de suma importância para a concretização do Manual dos Inquisidores, pouco se sabe ou se tem notícia dele dentro do contexto histórico da época.

---

[7] http://www.cav-templarios.hpg.ig.com.br/inquisicao.htm, Liliane Pinheiro da Luz. Acesso janeiro 2010

1.3 TIPOS E INSTRUMENTOS DE TORTURA NA INQUISIÇÃO

Pelo conhecimento histórico, a inquisição nasceu da intenção de combater as heresias em toda a idade média. Esse era o recurso usado para extrair confissões daqueles acusados tanto de grandes como de pequenos delitos. Para isso eram usados vários tipos de aparelhos desde os mais simples, como instrumentos de carpintaria adaptados, aos mais sofisticados, desenvolvidos através dos anos, com o aval da Igreja que comandava com mão de ferro o direito de defender aquilo em que acreditavam.

A origem de instrumentos de tortura, como os que estão nestas páginas, perde-se nas trevas da História. A maioria estava em uso durante séculos, antes do advento dos Tribunais de Feiticeiros, até onde se sabe, não havia fabricação em massa desses instrumentos. Eles eram impressionantemente duráveis, conservando-se por décadas a fio e, mesmo na época da caça às bruxas, os ferreiros locais conseguiam atender sem dificuldade a demanda por reposições.

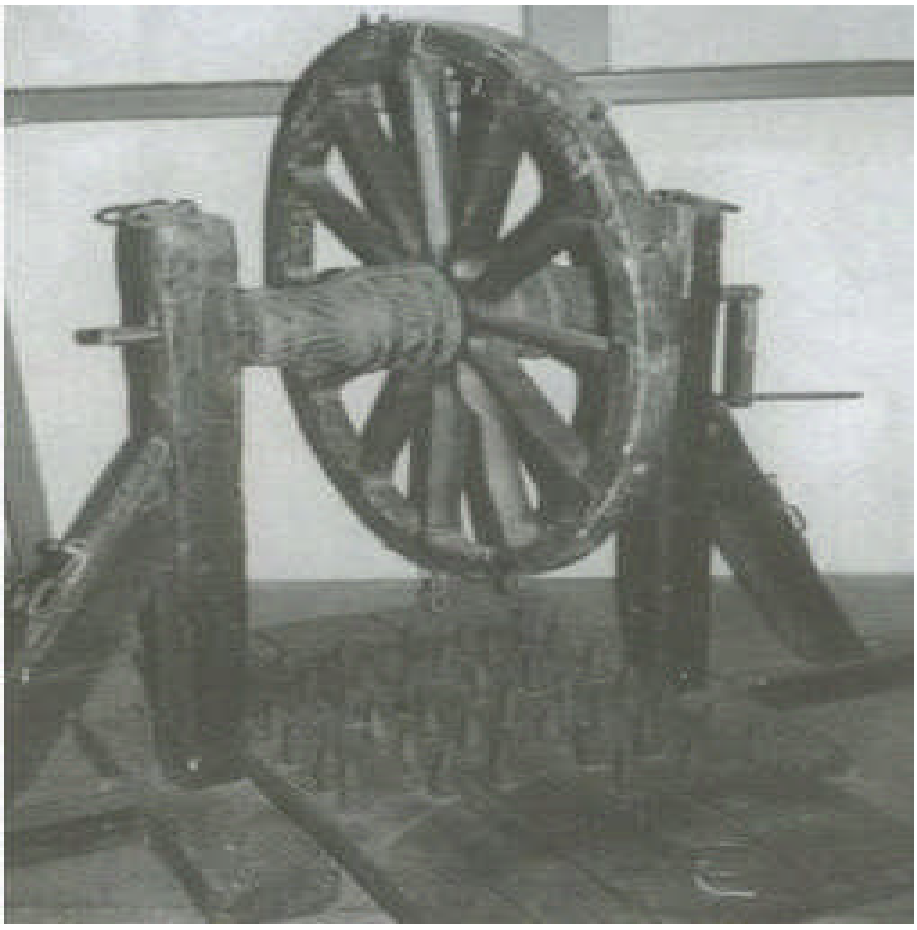

Figura 1: Roda de despedaçamento (www.silphos.vilabol.uol)

O réu era amarrado com as costas na parte externa da roda. Sob a roda, colocavam-se brasas incandescentes. O carrasco, girando lentamente a roda, fazia com que o réu morresse praticamente "assado". Podendo no lugar das brasas colocarem agulhões que estraçalhavam os membros inferiores. Esteve em uso na Inglaterra, Holanda e Alemanha, no período de 1100 a 1700.

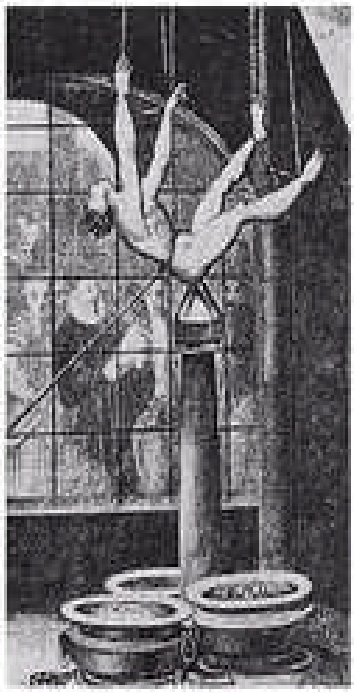

Figura 2: Berço de Judas (www.silphos.vilabol.uol)

Peça metálica em forma de pirâmide sustentada por hastes. A vítima, sustentada por correntes, é colocada "sentada" sobre a ponta da pirâmide. O

afrouxamento gradual ou brusco da corrente manejada pelo executor fazia com que o peso do corpo pressionasse e ferisse o ânus, a vagina, cóccix ou o saco escrotal. O Berço de Judas também é conhecido como Colo di Giuda (italiano), Judaswiege (alemão), Judas Cradle ou simplesmente Cradle (inglês) e La Veille (A Vigília, em francês).

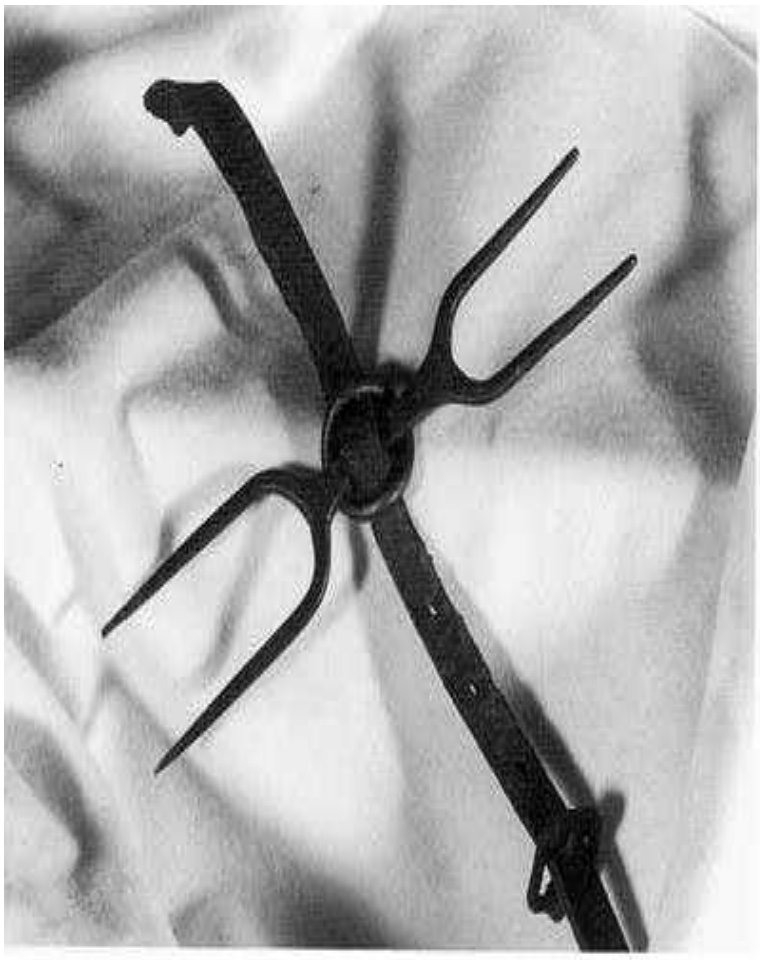

Figura 3: Garfo (www.forum.priston.com.br)

Haste metálica com duas pontas em cada extremidade semelhantes a um garfo. Presa por uma tira de couro ao pescoço da vítima, o garfo pressiona e perfura a região abaixo do maxilar e acima do tórax, limitando os movimentos. Este instrumento era usado como penitência para o herege.

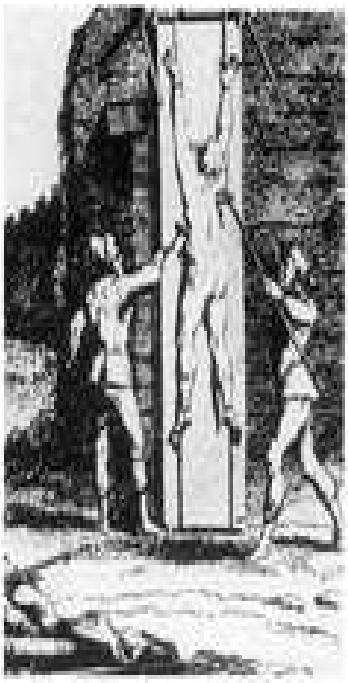

Figura 4: Garras de gato (www.xlamurias.blogspot.com)

Instrumento de aparência simples e inofensiva, as garras de gato se assemelhavam às ferramentas conhecidas como tridentes ou rastelos, com diferença de que seus dentes eram curvos e pontiagudos. Com elas os torturadores cortavam cada vez mais fundo o corpo de suas vítimas, que geralmente ficavam suspensas em uma prancha colocada de pé, arrancando lhes a carne progressivamente, até a exposição dos ossos. Dependendo do tamanho e da espessura das garras usadas, tornava relativamente fácil ao torturador despedaçar músculos e ossos.

Figura 5: Pêra (www.omartelodafeiticeira.com.br)

Instrumento metálico em formato semelhante à fruta. O instrumento era introduzido na boca, ânus ou vagina da vítima e expandia-se gradativamente. Era usado para punir principalmente os condenados por adultério, homossexualismo, incesto ou "relação sexual com Satã"

Figura 6: Esmaga cabeça (www.omartelodafeiticeira.com.br)

Como um capacete, a parte superior deste mecanismo pressiona, através de uma rosca girada pelo executor, a cabeça da vítima de encontro a uma base na qual se encaixa o maxilar. Apesar de ser um instrumento de tortura, há registros de vítimas fatais que tiveram os crânios literalmente, esmagados por este processo. Neste caso, o maxilar, por ser menos resistente, é destruído primeiro; logo após, o crânio rompe-se deixando fluir a massa cerebral.

Figura 7: Quebrador de joelhos (http://santainquisicaocatolica.blogspot.com)

Um dos mecanismos mais simples e comuns na Idade Média. A vítima, com os braços para traz, tinha seus pulsos amarrados (como algemas) por uma corda que se estendia até uma roldana e um eixo. A corda puxada violentamente pelo torturador através deste eixo deslocava os ombros e provocava diversos ferimentos nas costas e braços do condenado.

Também era comum que o carrasco elevasse a vítima a certa altura e soltasse repentinamente, interrompendo a queda logo em seguida. Deste modo, o impacto produzido provocava ruptura das articulações e fraturas de ossos. Ainda, para que o suplício fosse intensificado, algumas vezes, amarravam-se pesos às pernas do condenado, provocando ferimentos também nos membros inferiores. O pêndulo era usado como uma "pré-tortura", antes do julgamento.

1.4 MÉTODOS DE EXECUÇÃO

Figura 8: Gaiola suspensa (www.omartelodafeiticeira.com.br)

Eram gaiolas pouco maiores que a própria vítima. Nela, o condenado, nu ou seminu, era confinado e a gaiola suspensa em postes de vias públicas onde o condenado passava dias naquela condição e morria de inanição ou frio em tempos de inverno. O cadáver ficava exposto até que se desintegrasse.

Figura 9: Guilhotina (www.historiadomundo.com.br)

Inventada por Ignácio Guilhotine, a guilhotina é um dos mecanismos mais conhecidos e usados para execuções. A lâmina, presa por uma corda e apoiada entre dois troncos verticais, descia violentamente decapitando o condenado.

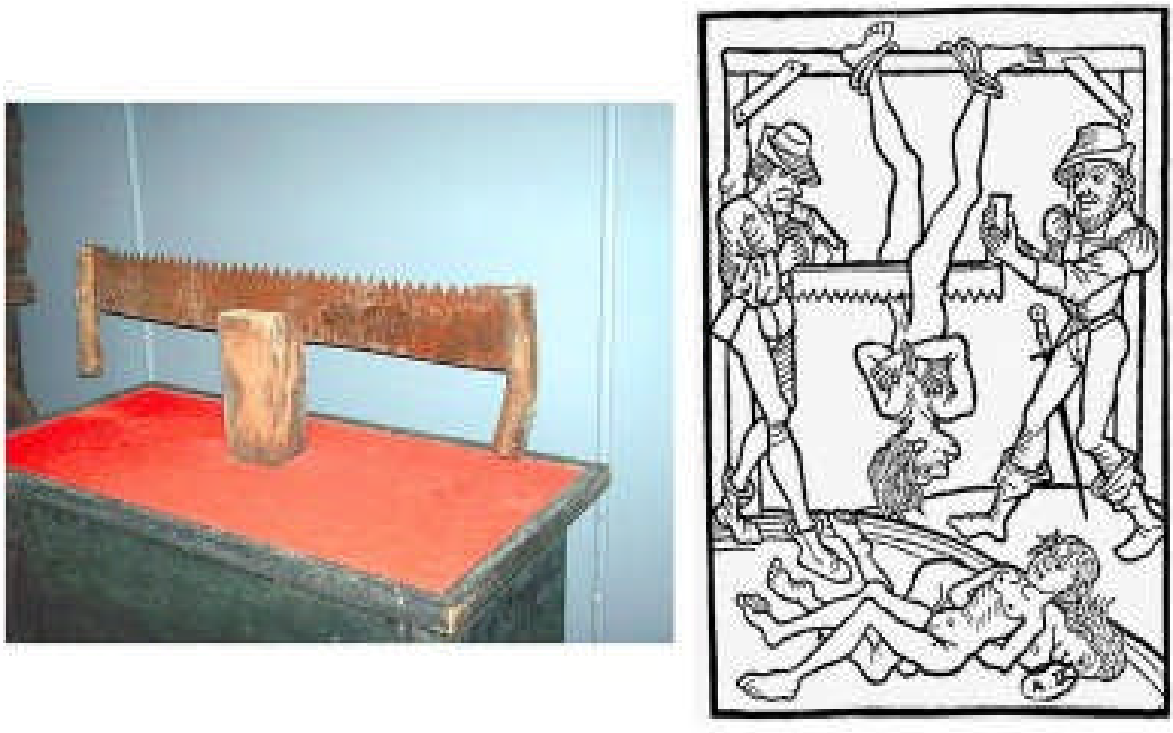

Figura 10: Serrote (www.históriadomundo.com.br)

Usado principalmente para punir homossexuais, o serrote era uma das formas mais cruéis de execução. Dois executores, cada um em uma extremidade do serrote, literalmente, partiam ao meio o condenado, que preso pelos pés com as pernas entreabertas e de cabeça para baixo, não tinha a menor possibilidade de reação. Devido à posição invertida que garantia a oxigenação do cérebro e continha o sangramento, era comum que a vítima perdesse a consciência apenas quando a lâmina atingia a altura do umbigo.

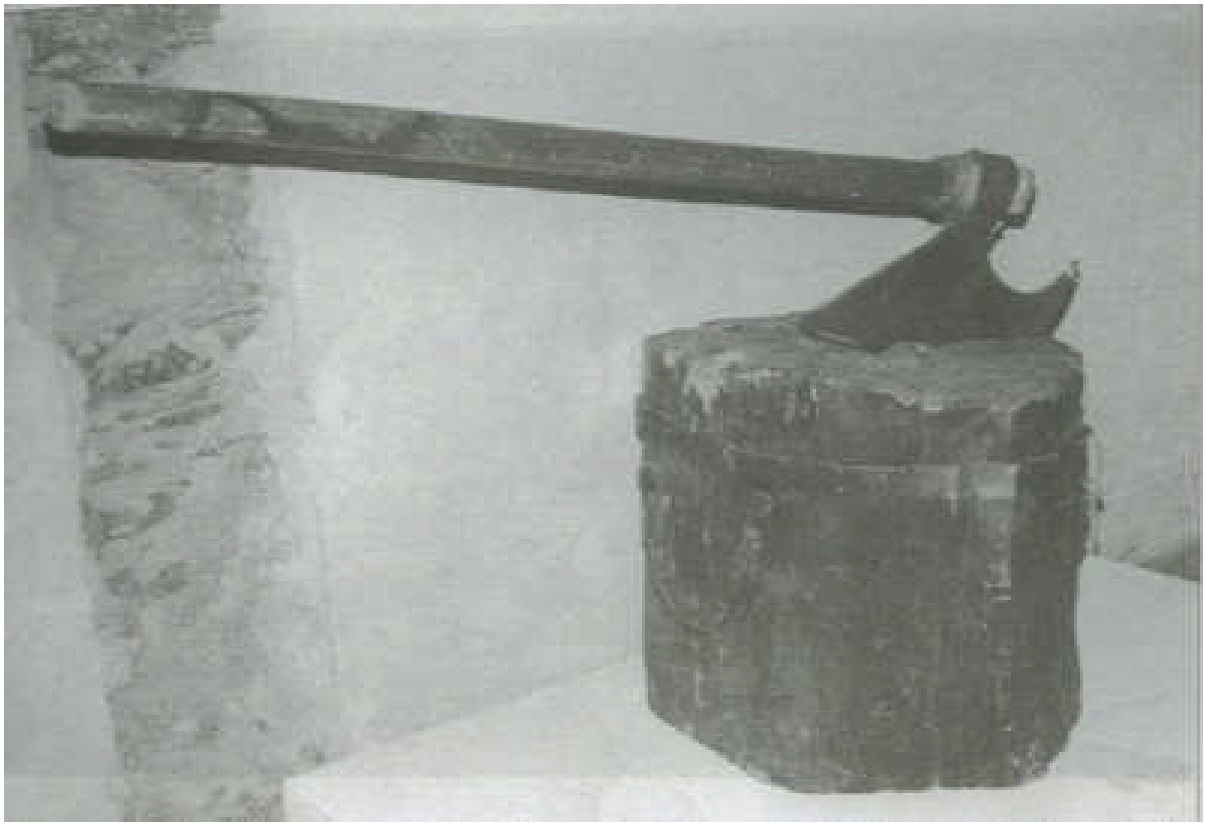

Figura 11: Espada machado e cepo (www.históriadomundo.com.br)

As decapitações eram a formas mais comuns de execução medieval. Espada, machado e cepo.

As decapitações era a forma mais comum de execução medieval. A decapitação pela espada, por exigir uma técnica apurada do executor e ser mais suave que outros métodos, eram, geralmente, reservados aos nobres. O executor, que apurava sua técnica em animais e espantalhos, ceifava a cabeça da vítima num único golpe horizontal atingindo o pescoço do condenado.

O machado era usado apenas em conjunto com o cepo. A vítima era posta ajoelhada com a coluna curvada para frente e a cabeça apoiada no cepo. O executor, num único golpe de machado, atingia o pescoço da vítima decepando-a.

Garrote

Figura 12: Garrote (www.históriadomundo.com.br)

Um tronco de madeira com uma tira de couro e um acento. A vítima era posicionada sentada na tábua horizontal de modo que sua coluna ficasse ereta em contato com o tronco. A tira de couro ficava na altura do pescoço e, à medida que era torcida pelo carrasco, asfixiava a vítima. Há ainda uma variação na qual preso ao tronco, na altura da nuca da vítima, encontrava-se uma punção de ferro. Esta punção perfurava as vértebras da vítima à medida que a faixa de couro era apertada. O condenado podia falecer tanto pela perfuração produzida pela punção quanto pela asfixia.

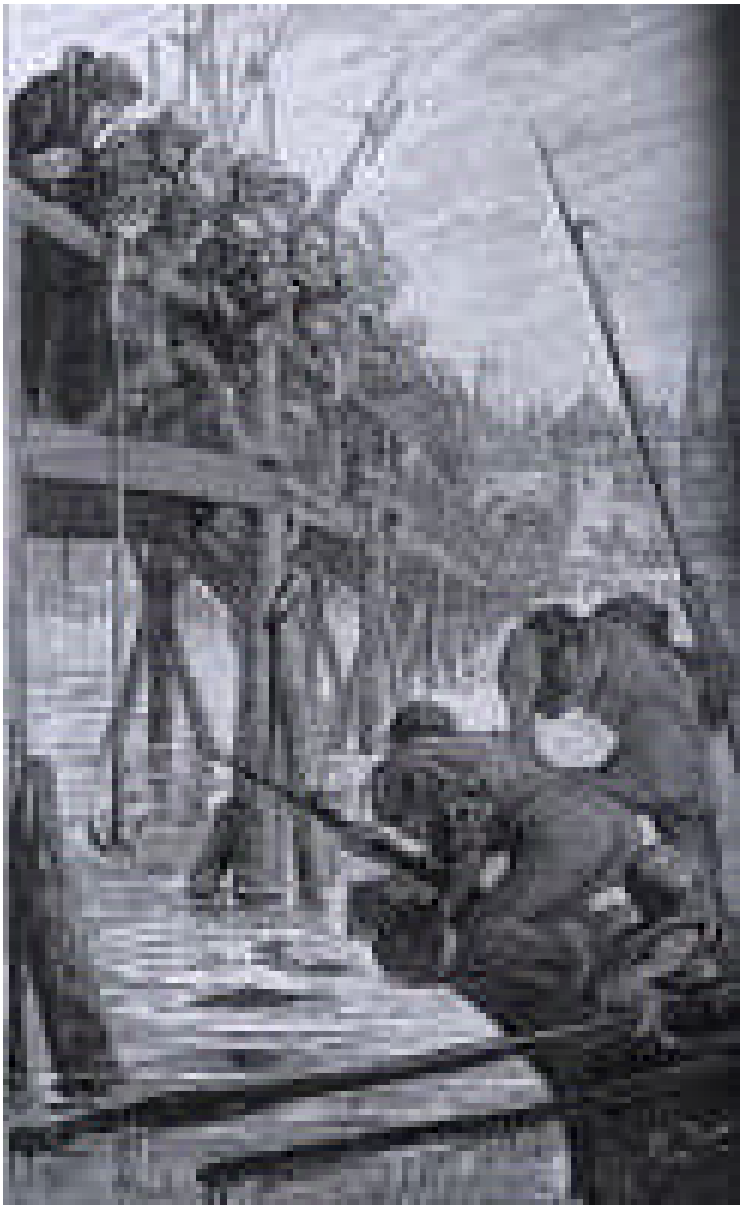

Figura 13: Submersão (www.históriadomundo.com.br)

A submersão podia ser usada como uma técnica de interrogatório, tortura ou execução. Nesse método, a vítima era amarrada pelos braços e suspensa por uma roldana sobre um caldeirão que continha água ou óleo fervente. O executor soltava a corda gradativamente e a vítima ia submergindo no líquido fervente.

Figura 14: Empalação (www.históriadomundo.com.br)

Este método foi amplamente utilizado pelo célebre Vlad Tepes. A empalação consistia em inserir uma estaca no ânus, umbigo ou vagina da vítima, a golpes de marreta. Neste método, a vítima podia ser posta "sentada" sobre a estaca ou com a cabeça para baixo, de modo que a estaca penetrasse nas entranhas da vítima e, com o peso do próprio corpo, fosse lentamente perfurando os órgãos internos. Neste caso, dependendo da resistência física do condenado e do comprimento da estaca, a agonia se estendia por horas.

Figura 15: Cremação (www.omartelodafeiticeira.com.br)

Este era um dos métodos de execução mais conhecidos e utilizados durante a inquisição. Os condenados por bruxaria ou afronta à Igreja católica eram amarrados em um tronco e queimados vivos. Para garantir que morresse queimada e não asfixiada pela fumaça, a vítima era vestida com uma camisola embebida em enxofre.

Figura 16: Estiramento (www.omartelodafeiticeira.com.br)

A vítima era posicionada na mesa horizontal e seus membros presos às correntes que se fixavam num eixo. À medida que o eixo era girado, a corrente esticava os membros. Os ossos e músculos do condenado desprendiam-se. Muitas vezes, a vítima agonizava por várias horas antes de morrer.

1.5 A TORTURA NA HISTÓRIA DO BRASIL

A prática da tortura que percorre a história teve como característica o fato de ser um exercício de vingança contra os corpos daqueles que se insurgiam contra o poder e a força do Rei. Daí, as práticas de tortura terem sido um exercício público, pensado como demonstração ou espetáculo na antiguidade, nos períodos medieval

e moderno. A prática da tortura, na Europa, ocorreu, sobretudo, após o século XI, atingindo seu apogeu entre os séculos XIII e XVIII, com a Inquisição, como se mostrou nos itens anteriores. Segundo Michel Foucault, em “Vigiar e punir” (1977), pelo fato de serem os suplícios públicos, todo o processo criminal, até a sentença, permanecia secreto, não só para a população, mas para o próprio acusado.

A história colonial brasileira conheceu práticas de torturas, mais conhecidas pela denominação de castigos Eram torturas feitas contra os escravos, que não eram considerados humanos, mas apenas um instrumento. Da mesma forma, castigos eram impostos aos “perigosos” de todos os tipos, como os perseguidos pela Inquisição e os que praticaram crimes de “lesa majestade”, ou seja, contra a Coroa Portuguesa. Não era diferente a prática de castigo aplicada pelos padres no contexto da catequese e na prática escolar.

A partir do século XVIII, ainda no entendimento de Foucault, os suplícios saem do campo da percepção quase cotidiana e entram no da “consciência abstrata”: é a era da “sobriedade punitiva”, quando não é mais para o corpo que se dirige a punição, mas para a alma, devendo atuar “profundamente sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições”. Assim, a premissa básica dos tempos modernos é “que o castigo fira mais a alma que o corpo” (Idem, p.21).

Assim, não só os atos praticados serão objetos de punição, mas também aqueles os que vierem a ser efetuados, dependendo da “alma” do sujeito: se ex-escravo, negro, mestiço, migrante ou pobre. Inaugura-se a era da periculosidade, em que determinados segmentos por sua “alma”, sua essência, sua natureza deverão ser constantemente vigiados, disciplinados, normatizados. É o contexto de disciplinarização social. Segundo Foucault, é o advento das sociedades disciplinares onde as instituições exercerão vigilância intensa. A consequência é a produção de corpos dóceis, adestrados física, mentalmente ou espiritualmente.

Entretanto, se existe o dispositivo da periculosidade contínua, no Brasil, ao longo de todo o século XX, também a tortura passa a ser referência fundamental. Não mais para os escravos, mas para os “diferentes”, “criminosos”, “marginais”, “perigosos”; ou seja, para os pobres em geral.

Se a tortura, ao longo de todo século XX, no Brasil, foi cotidianamente utilizada contra os “desclassificados” sociais, é a partir do golpe de 1964, e mais precisamente, do AI-5 (13/12/1968), que passou a ser também aplicada aos opositores políticos da ditadura militar

1.6 A DOR DE SOFRER E FAZER SOFRER: A TORTURA

"Se a tortura é o teatro,
Sofrer é uma, arte" (Foucault).

Pensava-se que a tortura era apanágio dos regimes totalitários como o nazismo ou fascismo, mas é possível ver nações com democracia consolidada, como os USA, manterem centros de tortura definidos como "tortura light". Esse termo é amplamente utilizado no debate público internacional sobre a tortura, referindo-se a métodos de interrogatório nos quais a vítima é submetida por diversas horas à privação de sono, à permanência em posição desconfortável, exposição à luz intensa e música em alto volume ou ao uso de capuz na cabeça, algemas nos pés e mãos. Obtendo uma vitória com 62 milhões de votos, derrotando racistas conservadores e fazendo história, Barak Obama demonstrou empenho em acabar com esses centros de tortura, desativando a prisão de Guantámano. Quanto a ABU GHRAIB, onde foram protagonizados, torturas e abusos amplamente divulgados ao mundo, desde 2008 as instalações foram devolvidas pelo comando militar norte-americano ao governo do Iraque. Foi fechada e reaberta em fevereiro de 2009. Agora se chama Prisão Central de Bagdá.

Figura 17: CENAS DE ABU GHRAIB. IN: **http://inplacenews.files.wordpress.com/2008/** 06/abu_ghraib_new-721906.jpg&imgref, imagens recolhidas da internet, 09 de dezembro de 2009.

1.6.1 EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO

A tortura foi definida em 10 de Outubro de 1975 pela Assembléia Médica na cidade de Tóquio como, uma imposição deliberada sistemática, desconsiderada de sofrimento físico ou mental por parte de uma ou mais pessoas, atuando por própria conta ou seguindo ordens de qualquer tipo de poder, com o fim de forçar outra pessoa a dar informações, confessar ou por outra razão qualquer. Do latim, tortura significa suplício, martírio, tormento, podendo ser físico ou psicológico.

A tortura como instituição, existe há muitos séculos e se baseava no direito do proprietário sobre o escravo, aplicada quando ocorria alguma infração ou desvio de conduta, e o apedrejamento e amputação de órgãos eram os castigos mais usados. A tortura do verbo torturar significa “ação de torcer”, possui o mesmo significado na língua espanhola; em inglês to *torture*; em francês *torturer*; italiano *torturare*; alemão *foltern*. Em comum, para todas as línguas, está implícita nessa ação uma forma de violência, o que faz da tortura a prática mais globalizada que existe na face da terra. A tortura atinge como um todo à sociedade, principalmente àqueles que se opõem ao regime, causando insegurança e terror; tem especial predileção pelos mais empobrecidos como expressão significativa. Deste cenário, a corrupção, o narcotráfico, a criminalidade, a tortura, em geral, estão protegidos pelo manto da impunidade das autoridades.

1.7 A MANIPULAÇÃO DA DOR ATRAVÉS DA TORTURA NO OCIDENTE

No Vietnan, os USA recorreram à prática aberta da tortura para se defender. Prisioneiros de guerra foram submetidos a brutais formas de tortura, em um episódio justificado pelos USA como uma maneira de evitar o perigo comunista.

A legitimaçào jurídica e moral da tortura, representa uma insuperável contradição da democracia americana revelada no decurso de sessenta anos, nos ambientes politicos e acadêmicos.

Surge um novo tipo de tortura a chamada “Tortura Light”, tortura leve, em inglês, usada pelo serviço secreto israelense que a descreve como “pressão física moderada” certos métodos de interrogatório aplicados em detentos árabes. Os militares norte-americanos classificam como “tortura light” as mesmas técnicas utilizadas na chamada guerra contra o terrorismo, referindo-se a métodos de

interrogatório nos quais a vítima é submetida a frio extremo, ou calor, a permanecer por diversas horas em pé, à privação de sono, à permanência em posição desconfortável, à exposição à luz intensa e música em alto volume , ao uso de capuz na cabeça e algemas nos pés e mãos, e ainda, ao isolamento total, afogamento e à humilhação.

Na tortura light não existe a figura do torturador que inflinge dor diretamente no torturado, mas sim um sistema anônimo, invisível e sem face. Tem como propósito atenuar a responsabilidade do torturador, já que o mesmo não aparece. Segundo Jessica Wolfendale, pesquisadora do Centro de Filosofia Aplicada e Ética Pública da Universidade de Melbourne na Austrália, não há diferença, todas essas práticas não passam de tortura

Essa distinção entre modalidades de tortura, muito usada por torturadores, mas também pelos jornalistas e intelectuais que estudam o tema, é com certeza profundamente nociva, pois alimenta a ilusão de que algum tipo de tortura possa ser compatível com o estado de direito democrático.

A “tortura light” é uma modalidade de tortura que atualmente é defendida por algumas autoridades internacionais como “aceitáveis” no combate àquilo que recebeu o nome de “guerra contra o terror”. Para os defensores dessas práticas, elas se distinguem da tortura “padrão”, considerada mais violenta por deixar mutilações no corpo, acredita-se, então, que não seja tão severa, tornando sua prática justificável. No entanto, essa distinção não é reconhecida pelos organismos internacionais, afirma Jessica Wolfendale, para quem a chamada tortura light é tão cruel e nociva às vítimas quanto a tortura tradicional.

1.8 APRISIONANDO O CORPO E DESTRUINDO A ALMA: PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS DE SUPLÍCIO

Após os ataques de 11 de setembro de 2001, houve um endurecimento das políticas anti-terrorismo, que “para serem eficazes, precisam redefinir o conceito de tortura e as práticas de detenção. Argumenta-se que as normas existentes são insuficientes, e, em alguns casos especiais, ela é necessária”, afirma Dinah PoKempner[8],. Para se evitar um mal maior, defende-se uma maior permissividade em relação à tortura, explica ela.

[8] deputada geral do conselho da organização não governamental Human Rights Watch.

Um dos argumentos utilizado é o chamado *ticking time-bomb* (bomba relógio). A corrida contra o tempo e a necessidade de conseguir uma informação urgente sobre um possível atentado, justificaria a tortura de um suposto terrorista. “Esse relaxamento das normas endossadas por acordos internacionais é uma ameaça para direitos já garantidos”, afirma Dinah. Para ela, a proibição legal da tortura, uma das grandes vitórias do século XX no que se refere aos direitos humanos, corre perigo. Os jornais americanos[9] publicaram fatos estarrecedores da atitude de militares no Afganistão*, a water boarding* ou tortura por afogamento.

Figura 18: afogamento simulado (www.citadinoblogspot.com.br)

O afogamento simulado é uma forma de tortura na qual a pessoa é deitada de costas e imobilizada, com a cabeça inclinada para trás (a chamada "posição de Trendelenburg"), e água é lançada sobre a face e para dentro das vias respiratórias. Por meio do sufocamento forçado e da inspiração de água, o torturado passa pelo processo de afogamento e é levado a acreditar que a sua morte é iminente,

[9] Washington Post e The New York Times edições publicadas em 18 de março de 2007

diferentemente da prática de apenas submergir em água o rosto do torturado pela frente, o afogamento simulado provoca, quase que de imediato, o reflexo faríngeo. Embora nem sempre provoque danos físicos duradouros, o afogamento simulado inclui o risco de dor intensa, danos aos pulmões, dano cerebral, causado pela falta de oxigênio, ferimentos (inclusive fraturas ósseas) causados quando o torturado se debate contra as amarras e até mesmo a morte. Os efeitos psicológicos podem perdurar por anos após o procedimento.

1.9 CINCO MANEIRAS DE COLABORAR COM A TORTURA

Segundo médicos canadenses, denominados “Grupo Médico Canadense”, que trabalharam com depoimentos de refugiados submetidos à tortura vindos de vários países do mundo, existem cinco maneiras pelas quais o médico pode colaborar com a tortura. Primeira, o médico que tortura: é a forma mais direta de participação, embora não seja a mais comum, ocorre quando o médico está diretamente ligado à tortura, utilizando seus conhecimentos quanto à utilização de drogas tóxicas com efeito anticancerígeno, causando hemorragias e vômitos ou drogas alucinógenas responsáveis por transtornos psíquicos. Segunda, o médico autoriza a tortura: nesse caso não se qualifica como participação direta, mas monitoramento, não para salvar a vida e sim para evitar a morte rápida do suspeito, sugerindo períodos de pausas, usando seus conhecimentos para prolongar o suplício. Terceiro, o médico que atesta em falso: participando indiretamente da repressão e da tortura o médico assina laudos necrológicos e atestados falsos, encobrindo as verdadeiras causas do óbito. Quarto, o médico omisso: nos casos de profissionais que trabalham em prontos-socorros dos hospitais e que diante de um caso de tortura e maus tratos, infligidos a um prisioneiro político, não fazem as perguntas necessárias. Quinto, o médico que se acumplicia: "a conspiração do silêncio” é uma forma de colaboração com a tortura. São inúmeros os médicos que, tendo conhecimento sobre colegas de profissão ligados direta ou indiretamente à tortura, não os denunciam.[10]

---

[10] To: semioticians@gruposyahoo.com.ar
From: liciaso@ig.com.br
Date: Sat, 18 Apr 2009 10:07:51 -0200
Subject: [semioticians] SIMPOSIO-FIGURAS DA VIOLÊNCIA MODERNA

Uma aspecto que deve ser analisado diz respeito a como se apresentam as formas e as expressões da violência no nosso imaginário contemporâneo. Inúmeros pesquisadores em Ciências Humanas criticam a abundância de imagens de violência às quais a mídia nos submete cotidianamente. Muitos afirmam que a representação de cenários de violência segue uma lógica de mercado, alimentada pela audiência.

Em um plano mitológico, o semioticista e romancista canadense Bertrand Gervais analisa a problemática da violência relacionada com o mito de Teseu, que mata o monstro Minotauro no labirinto, vinculada assim à representação de cenas de violência, a figura da violência se estrutura em torno de um eixo semântico de deriva, apto a autorizar a descrição de seres marginalizados que, além de terem perdido seus caminhos e suas memórias no labirinto, são levados a praticar crimes e massacres.

Tentando investir na figura mítica da deriva labiríntica de formações sócio-discursivas que emergem na sociedade neo-liberal, altamente ligada aos apelos incessantes para o consumo (apelos que foram bastante discutidos no momento da crise econômica atual), buscar-se-á entender as diferentes representações desses seres marginalizados nas sociedades norte-americanas (Canadá e Estados-Unidos) e brasileira, dando continuidade à rede de pesquisa desenvolvida há vários anos entre a Universidade do Quebec em Montreal e universidades brasileiras.

Segundo o romancista Bertrand Gervais (2009)[11], os excessos do capitalismo norte-americano contribuem para a construção de vários personagens, *serial killers* e suicidas, assim como outros apontam as engrenagens sócio-econômicas que permitem a emergência das *gangs* de rua (compostas às vezes de jovens imigrantes), das guerras de motoqueiros e itinerantes drogados.

No Brasil, além de existir uma arte hiperrealista, expressa principalmente no cinema e na literatura contemporâneos, abordando a violência cometida pelo estado militar em relação a jovens da classe média classificados como “subversivos”, vai se desenvolvendo uma temática relativa às operações de passagem entre a marginalidade das guerrilhas e a marginalidade atual dos traficantes de drogas, organizados nas neo-favelas, que tomaram forma no momento em que foram encarcerados nos mesmos locais. Essa transmissão de “saberes” se exprime de

[11] Conferência realizada no Simpósio Internacional Figuras da Violência Moderna em Salvador BA em 2009
“ Lillisibilité de La Violence Formes de Limaginaire Comtnporaim”

forma emblemática no filme “Quase dois irmãos” (2004, produção Brasil/Chile/França), de Lúcia Murat, que conta com roteirização de Paulo Lins, autor de “Cidade de Deus”.

Na mesma direção, serão discutidas as imagens verbais e visuais das guerras e genocídios atuais, que brotam da lógica política neo-liberal, trabalhadas por semioticistas da UQAM (Université du Quebec a Montreal). Dever-se-á, finalmente, encaminhar os debates sobre os denominadores comuns das representações da violência, buscando entender se tais representações refletem os diálogos entre a arte e a sociedade, ou fazem simplesmente parte de uma agenda mundial de espetacularização que promove a otimização da comercialização de bens culturais.[12]

Se voltarmos para a América Latina, a tortura aparece com força no sec XX, com as ditaduras do Paraguai, Argentina, Bolívia, Chile e a do Brasil que, em vinte anos, torturou aproximadamente duas mil pessoas e matou e desapareceu com quatrocentos.

Presa e torturada durante o regime militar, a ministra Dilma Roussef (Casa Civil) afirmou que considera “imprescritíveis” os crimes de tortura praticados no Brasil. ”Eu pessoalmente, como cidadã e indivíduo , acho que crime de tortura imprescrítivel!”. A ministra militou em organizaçòes que defendiam a luta armada contra o regime militar: Colina (comando de Libertaçào Nacional) e VAR-P (Vanguarda Armada Revolucionária Palmares). Torturada, ela permaneceu na prisão entre o inicio de 1970 e o final de 1973.[13]

A propósito dos “anos de chumbo”, algumas coisas devem ser ditas, principalmente, sabendo que a História é um processo que não tem começo e nem fim, tornando difícil responsabilizar algum fato verdadeiramente importante. Para quem participou ou estava ligado de alguma maneira, sabe que não existiu nada heróico ou digno, quando a sociedade aprovou a tomada do poder pelos militares, apesar de continuarem funcionando o Congresso, imprensa livre, e, sobretudo liberdade de opinião. Mas um giro de 180 graus ocorre com o AI-5, apesar do apoio de parte da sociedade civil, quando o regime aperta o cerco, aparecem os mártires, a vendeta, desaparecimento e finalmente o arbítrio seguido da truculência.

---

[12] SIMPOSIO-FIGURAS DA VIOLÊNCIA MODERNA Local: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, Bahia, Brasil. 14 e 15 de dezembro de 200 Licia Soares de Souza

[13] Informações obtidas na Folha de Sào Paulo primeiro de dezembro de 2008 p. A

Apesar das celebrações, nada foi bonito ou maravilhoso, onde desapareceram a justiça social e a liberdade que fazem parte de uma tradição antidemocrática solidamente enraizada, nascida, do ventre do positivismo durante o Império em sua fase final. Segundo Marco Antônio Villa[14], é comum e rotineira a associação do regime militar brasileiro com as ditaduras do Cone Sul (Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai), ”Nada mais falso”, diz o professor.

Neste texto a análise procura mostrar que o regime militar brasileiro não foi uma ditadura devido ao intenso movimento cultural até a implantação do AI-5, justificando o grande incremento com a criação das universidades públicas estaduais como a UNESP e a Unicamp. Temos o dever de não esquecer que os militares botaram abaixo um regime constituído, prenderam , cassaram, subjugaram, extinguiram os partidos e instalaram um regime de espionagem em escala gigante, e culminaram com a instituição da tortura como evento rotineiro. Na realidade, o regime militar trabalhava na medida do permitido, aumentando ou diminuindo o poder segundo suas necessidades.

Como tudo no mundo, a tortura também adquiriu nova roupagem. Agora é moderna, ganha novos métodos, adquire um novo visual de acordo com os novos tempos, e passa por um processo que vem a ser chamado de tortura social. Tem como objetivo o desaparecimento da identidade do outro, anulando suas alternativas, apagando suas esperanças, destruindo sua cultura e contaminando sua memória.

Mas por que recorrer à metáfora da tortura social? Em seu discurso, o médico Salvador Allende, ao tentar implantar no seu amado Chile o desafio de realizar a utopia de um socialismo democrático, refere-se ao seu país como um corpo social, que pouco depois é estuprado e destruído pela ditadura de Pinochet. Neste caso, não foi só vitima da violência o individuo, tanto culpados como inocentes, num contexto em que o Direito vem pisado, a Constituição é reescrita, as pessoas não são perseguidas por serem perigosas, mas por exporem idéias e alternativas.

Sobre a metáfora da tortura social, Foucault mostra alguns exemplos do que ele chama de a “liturgia do suplício” ou do ”teatro do atroz”. A tortura é uma representação de poder e forças e os personagens entram em cena com um sistema simbólico de relação. É como um teatro, um veículo comunicativo que, na realidade,

[14] professor de História do Departamento de Ciências Sociais da UFSCAR,

se trata de uma narração do poder, um teatro de marionetes onde os executores e as vítimas se movem no ritmo e na batuta de uma direção. Na tortura, os sentimentos estão representados no grau máximo de sua dramaticidade, sendo, portando, extremamente teatral o termo teatro é apropriado, porque, na maioria das vezes, se trata de um "*mise en scène*" e não de um procedimento legal.

CAPÍTULO II
DITADURA MILITAR E A OPÇÃO PELA PRÁTICA DA TORTURA

Dormia a nossa pátria mãe tão distraída
Sem perceber que era subtraída,
Em tenebrosas transações.
Chico Buarque de Holanda

A crise política no início dos anos 60 tem como princípio a renúncia de Jânio Quadros em 1961. Sendo João Goulart o vice de Jânio, os militares intentaram uma primeira interdição que resultou na emenda parlamentarista de 1962. Jango assumiu nessa época, mas destituído dos poderes de mando. Após o episódio do plebiscito, João Goulart assumiria a presidência em 1963, num clima político adverso.

O governo de Goulart (1963-1964) foi marcado pela articulação com as diversas organizações sociais. Estudantes, organizações populares e trabalhadores ganharam espaço. Este fato causou uma profunda preocupação das classes conservadoras como, por exemplo, os empresários, banqueiros, Igreja Católica, militares e classe média. Todos temiam uma guinada do Brasil para o lado socialista. Vale lembrar que neste período o mundo vivia o auge da Guerra Fria e, com o episódio cubano de 1959 (Revolução Castrista) e a crise dos mísseis em 1962, a discussão sobre segurança interna e segurança nacional tomou conta de uma *intelligentzia* de extrema direita no país. Os partidos de oposição, como a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD), acusavam Jango de estar planejando um golpe de esquerda. Ao mesmo tempo, a situação econômica inflacionária determinava o discurso da direita no Brasil, e constituía em bode expiatório o presidente João Goulart. Produzia-se assim, o discurso em que Jango era responsabilizado pela carestia e pelo desabastecimento que o Brasil enfrentava.

Na sexta feira, 13 de março de 1964, João Goulart realiza um grande comício na Central do Brasil (Rio de Janeiro). Pode-se observar ao ler o discurso de Jango que estão expressas algumas idéias que passaram a ser tomadas como uma guinada comunista no governo de Jango.

Esta foi a primeira mobilização popular do governo Jango. A multidão foi calculada em 150 mil pessoas, muitas delas levadas até o local pelos sindicatos e

por empresas estatais. Antes do presidente, 15 oradores discursaram. Brizola, o mais aplaudido, pregou a instauração de um Congresso popular, formado por *"camponeses, operários, sargentos, oficias nacionalistas e homens autenticamente populares"* [15]. Ao criticar o Congresso, a multidão respondia aos gritos de *"Fecha! Fecha! Fecha"* [16].

Jango subiu ao palanque às 20 horas. O discurso durou 65 minutos e Jango usou a palavra *"povo"* 59 vezes. Em 31 momentos utilizou *"trabalhadores"* e em outros 21 *"brasileiros",* sempre ressaltando suas virtudes e lamentando a penúria de sua situação. Aclamava Jango a época, sobre a nacionalização de empresas:

> *A partir de hoje, trabalhadores brasileiros, a partir deste instante, as refinarias de Capuava, Ipiranga, Manguinhos, Amazonas e Destilaria Rio-Grandense passam a pertencer ao povo, passam a pertencer ao patrimônio nacional. (Jango, 13 de março de 1964, http://rodrigonovaesdealmeida.blogspot.com/ 2008/04/comicio-da-central-o-discurso-de-jango.html).*

Sobre o decreto de reforma urbana:

> *Dentro de poucas horas, outro decreto será dado ao conhecimento da Nação. É o que vai regulamentar o preço extorsivo dos apartamentos e residências desocupados, preços que chegam a afrontar o povo e o Brasil, oferecidos até mediante o pagamento em dólares. Apartamento, no Brasil, só pode e só deve ser alugado em cruzeiros, que é dinheiro do povo e a moeda deste País. Estejam tranqüilos que dentro em breve esse decreto será uma realidade (idem, op. cit.).*

Sobre a reforma eleitoral:

> *Chegou-se a proclamar, trabalhadores brasileiros, que esta concentração seria um ato atentatório ao regime democrático, como se no Brasil a reação ainda fosse dona da democracia, ou proprietária das praças e das ruas. Desgraçada democracia a que tiver de ser defendida por esses democratas. Democracia para eles não é o regime da liberdade de reunião para o povo. O que eles querem é uma democracia de um povo emudecido, de um povo abafado nos seus anseios, de um povo abafado nas suas reivindicações. A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia do antipovo, a democracia da anti-reforma, a democracia do anti-sindicato, ou seja, aquela que melhor atenda aos seus interesses ou aos dos grupos que eles representam. A democracia que eles pretendem é a democracia dos privilégios, a democracia da intolerância e do ódio. A democracia que eles querem, trabalhadores, é para liquidar com a Petrobrás, é a democracia dos monopólios, nacionais e internacionais, a democracia que pudesse lutar contra o povo, a democracia que levou o grande Presidente Vargas ao*

---

[15] In: LAMARÃO, S. Comício das reformas. Disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm /5779_1.asp, acessado em 20/05/2008.

[16] Folha de São Paulo de 14 de março de 1964, disponível em http://almanaque.folha.uol.com.br/ brasil_14mar1964.htm, acessado em 20/05/2008

> *extremo sacrifício. Ainda ontem, eu afirmava no Arsenal de Marinha, envolvido pelo calor dos trabalhadores de lá, que a democracia jamais poderia ser ameaçada pelo povo, quando o povo livremente vem para as praças – as praças que são do povo. Para as ruas – que são do povo* (*idem, op. cit.).*

Nesse discurso, Jango defende as Reformas de Base. Nesse plano, Jango prometia reformas na estrutura agrária, econômica e educacional do país. Como se pode notar sobre a Reforma Agrária:

> *Assim, a reforma agrária é indispensável, não só para aumentar o nível de vida do homem do campo, mas, também, para dar mais trabalho às indústrias, e melhor remuneração ao trabalhador urbano. "Interessa, por isso, também a todos os industriais e aos comerciantes. A reforma agrária é necessária, enfim, à nossa vida social e econômica, para que o País possa progredir, em sua indústria e no bem-estar do seu povo. A reforma agrária só prejudica a uma minoria de insensíveis, que deseja manter o povo escravo e a Nação submetida a um miserável padrão de vida."E é claro, trabalhadores, que só se pode iniciar uma reforma agrária em terras economicamente aproveitáveis. É claro que não poderíamos começar a reforma agrária, para atender aos anseios do povo, nos Estados do Amazonas ou do Pará. A reforma agrária deve ser iniciada nas terras mais valorizadas e ao lado dos grandes centros de consumo, com transporte fácil para o seu escoamento.(idem) Na mensagem que enviei à consideração do Congresso Nacional estão igualmente consignadas duas outras reformas que o povo brasileiro reclama, porque é exigência do nosso desenvolvimento e da nossa democracia. Refiro-me à reforma eleitoral, à reforma ampla que permita a todos os brasileiros maiores de 18 anos ajudar a decidir dos seus destinos, que permita a todos os brasileiros que lutam pelo engrandecimento do País influir nos destinos gloriosos do Brasil. Nesta reforma, pugnamos pelo princípio democrático, princípio democrático fundamental, de que todo alistável deve ser também elegível.*

Da mesma forma, sobre a reforma universitária

> *Também está consignada na mensagem ao Congresso a reforma universitária, reclamada pelos estudantes brasileiros, pelos universitários, classe que sempre tem estado corajosamente na vanguarda de todos os movimentos populares e nacionalistas "Ao lado dessas medidas e desses decretos, o Governo continua examinando outras providências de fundamental importância para a defesa do povo, especialmente das classes populares (idem op.. cit.).*

Os militares perceberam, nesse momento, a possibilidade de articulação de um movimento de massas, articulado pela classe média e setores mais conservadores da sociedade de então. Assim, seis dias depois, em 19 de março, os conservadores organizam uma manifestação contra as intenções de João Goulart. Foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, reunindo milhares de pessoas pelas ruas do centro da cidade de São Paulo.

O clima de crise política e as tensões sociais aumentavam a cada dia. No dia 31 de março de 1964, tropas de Minas Gerais e São Paulo saem às ruas. Para evitar uma guerra civil, Jango deixa o país refugiando-se no Uruguai. Os militares tomam o poder. Em 9 de abril, é decretado o Ato Institucional Número 1 (AI-1). Este cassa mandatos políticos de opositores ao regime militar e tira a estabilidade de funcionários públicos.

A Inquisição e a doutrina de Segurança Nacional não são diferentes entre si em seus métodos, princípios e objetivos, ao proporem a fragmentação do corpo e da mente. Iniciam-se então as intervenções nos sindicatos, na zona rural, rebaixamento dos salários, expurgo nas Forças Armadas e Universidades e, por fim, censura e suspensão do *habeas corpus*. Porém ainda existia uma relativa predominância cultural da esquerda, patrocinada pelas manifestações estudantis, postura do alto clero, e peças teatrais de vanguarda, que às vezes são invadidas pela policia.

Como explicar essa predominância de um discurso esquerdista no Brasil de então? Certamente, seria através de setores engajados, ligados à produção ideológica com estudantes, jornalistas, artistas, sociólogos, clero, que se produziam matérias para consumo próprio. No início, a intelectualidade socialista foi poupada, de ir para o exílio ou simplesmente perder o emprego. Nesse momento a ditadura se volta somente para aqueles que contataram operários, camponeses, marinheiros, e soldados que foram presos e torturados longamente. Esse fato durou até 1968, quando os estudantes se organizaram na semiclandestinidade, provocando uma resposta do governo, materializada pelo endurecimento do regime na tentativa de destroçar essa cultura É como se encontrassem Frei Tito com sua pureza de anjo, e a dedicação feroz e sanguinária de Sérgio Paranhos Fleury com sua baixeza infame, formando uma dupla de dolorosa beleza, e de estranho destino, todos os dois morreram tragicamente.

> *Comandei o I Exército durante dois anos e meio. Raro, muito raro mesmo, foi o dia em que não compareci às prisões para inspecioná-las e não me cansei de, freqüentemente à noite visitá-las. Dois médicos examinavam diariamente os detidos e faziam para cada um deles relatórios minuciosos sobre suas condições de saúde. Qualquer lesão física, por menor que fosse, deveria ser explicada. Nunca vi nem soube da prática da violência, torturas ou da existência de aparelhos que as permitissem. Todavia, vi preso, por ocasião de interrogatórios, insultarem meus oficiais com palavras do mais baixo calão e soube de muitos que, para provocá-los cuspiam em suas faces (FROTA Sylvio. 2006 p.128, 129).*

2.1 A CONSTRUÇÃO DO APARATO DE REPRESSÃO

Quando houve a escolha pela luta armada, pela guerrilha (1968/1974), já havia sido montado um sistema de informações e de segurança especializado em “espionagem”, que se tornaria um poderoso órgão responsável por reprimir os brasileiros por mais de vinte anos. Nessa época, a repressão foi muito intensa, ao contrário dos governos de Geisel e Figueiredo, quando as punições decresceram, é o crescimento e o crepúsculo desse sistema. O interessante é que todos os mandantes no regime militar prometiam mais liberdade, na realidade, não passavam de desmandos, com a desculpa de que perderiam o comando e com o risco de serem assolados pela “subversão” e o terrorismo.

Uma pergunta deveria ser feita aos que comandaram, porque jamais o regime admitiu a prática da tortura, atribuindo-a aos escalões inferiores. Portanto, se os torturadores fizeram por conta própria, por que não respondem por isso? E outra questão: a verdade histórica será revelada?

O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado pela Lei nº. 4.341 em 13 de junho de 1964 com o objetivo de coordenar as atividades de informações e contra-informações no Brasil e fora do país. Com poderes de ministro, o General Golbery do Couto e Silva foi seu idealizador e chefe, cabendo-lhe buscar informações em todo território nacional e também no exterior. O chefe tinha poderes ilimitados, podia investigar um suspeito com direitos de mandá-lo para fora do país, em caso de dúvida quanto a sua inocência.

O Serviço Nacional de Informações possuía um arquivo com o nome de todas as pessoas consideradas suspeitas. Quanto aos ministérios militares, o SNI tinha funções meramente normativas e doutrinárias, mas não lhe cabia fiscalizar suas ações. A agência central tinha atividade centralizadora, reunindo informações vindas das agencias regionais que, por sua vez, recebiam dados através dos escritórios. Contavam com escritórios em todo território nacional, para receber informes que, depois de coletados, eram enviados para a agência central. Usavam agentes “cachorros” e os chamados “secretas” coordenavam o trabalho dos agentes, cachorros. Cachorros eram agentes não remunerados, enquanto os secretas eram remunerado. Era comum a presença de secretas e cachorros, principalmente em escolas, faculdades, universidades, empresas estatais, autarquias, etc. Uns desconheciam a presença e atuação de outros, gerando assim um controle eficaz

por parte do escritório central do governo brasileiro, durante o regime inaugurado com o golpe militar de 31 de março de 1964, os chamados "Anos de Chumbo”, que reunia as informações e informes trazidos pelos dois grupos de agentes.

Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna. (DOI – CODI). Baseado filosoficamente na doutrina de Segurança Nacional da Escola Superior de Guerra foi criado para combater o inimigo interno, representado praticamente em todos os estados. Em São Paulo, as suas instalações eram localizadas na Rua Tutóia, onde atualmente funciona o 36° distrito policial, lugar de triste notícia, porque era o lugar que abrigava os presos políticos submetidos a bárbaras sessões de tortura.

O DOI-CODI surgiu a partir da Operação Bandeirante (OBAN), criada em 1969 com o objetivo de combater as organizações armadas de esquerda. Cada estado tinha o seu DOI, subordinado ao CODI, que era o órgão central. Os DOI reuniam, sob um único comando, militares das três Armas e integrantes das Polícias Militares Estaduais, Policia Civil e Federal. No Rio de Janeiro, o DOI funcionava no Quartel do 1º Batalhão da Polícia do Exército, no bairro da Tijuca, na Rua Barão de Mesquita nº. 425. Também centro de tortura onde foram, muitas vezes, assassinados os contrários ao regime. Atualmente existe a idéia de transformar esse local em centro de memória, como foi feito na Argentina na chamada Escola de Mecânica da Armada (ESMA) (da Marinha de Guerra), lugar aonde morreram muitos argentinos.

O Centro de Informações da Marinha, ou CENIMAR, foi criado pelo Decreto nº. 42.688, de 21 de novembro de 1957, com a finalidade de obter informações de interesse da Marinha do Brasil, conforme as diretrizes do Estado-Maior das Armadas. O CENIMAR, subordinado ao Estado-Maior da Armada e dirigido por um Diretor com o posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra, nomeado pelo Presidente da República, passou a integrar-se de três divisões, dirigidas por Capitães de Corveta: Divisão de Busca, Divisão de Registro, Seleção e Serviços Gerais

As Divisões subdividiam-se em seções operadas por oficiais de Marinha, auxiliados por pessoal militar subalterno e civil requisitados. A partir de 1968, quando a luta armada foi deflagrada no Brasil, este órgão foi empregado na repressão com a finalidade de evitar a derrubada do regime esquerdista. Passou a subordinar-se ao Ministro da Marinha e foi considerado como o mais eficiente órgão de informação militar, dentre outros similares como o DOI-CODI, do Exército e CISA,

da FAB, que atuavam com os mesmos propósitos. Nesse período extrapolou da competência originária no campo da informação, para desenvolver ações repressivas, investigações e prisões com torturas de presos, que tornaram a sede do Rio de Janeiro, localizada na Ilha das Flores, um dos mais terríveis porões do regime.

O Centro de Informações do Exército (CIEX), serviço de inteligência do governo cuidava de regulamentar a censura durante o regime militar e foi o órgão que conseguiu juntar a maior quantidade de material considerado subversivo pela ditadura e responsável por grande parte da estrutura da máquina de repressão do governo, tendo torturado dezenas de cidadãos brasileiros.

Mesmo antes de se tornar presidente, o general Costa e Silva clamava por um serviço secreto mais eficiente e agressivo e pela necessidade de se criar um serviço secreto. Queria que o novo órgão não se restringisse à coleta de informação, mas tivesse também privilégios de polícia. O novo serviço coexistiria com o SNI e seria estruturado a partir do antigo Serviço de Informações do Exército, chamado de 2ª Seção.

Ao contrário de Costa e Silva, que fazia parte da linha dura da ditadura, o Presidente Castello Branco, que era do grupo mais brando de militares, apelidado de Sorbonne por sua ligação com a Escola Superior de Guerra, que era chamada de a Sorbonne brasileira por ter a fama de escolher as melhores cabeças pensantes do Brasil, não aceitou a criação do novo órgão.

A criação do CIEX foi barrada enquanto durou o governo de Castello Branco, porém quando Costa e Silva assumiu a presidência, por pressão da linha dura, a criação do serviço foi sua prioridade e, dois meses depois da posse de Costa e Silva, o CIEX foi inaugurado em julho de 1967. Como não poderia deixar de ser, o presidente nomeou para primeiro diretor do CIEx, o coronel Adyr Fiúza de Castro, da linha dura do regime, adepto do uso da tortura, sobretudo psicológica. Quando de sua nomeação, já ocupava um cargo do serviço de inteligência do Exército, o D2 onde era encarregado de monitorar "subversivos".

A especialidade do CIEX era a infiltração de agentes em movimentos estudantis, sindicais ou que tivessem alguma ligação com grupos esquerdistas. Os agentes eram treinados para parecer apoiar legitimamente a esquerda e se enturmavam rapidamente devido o seu aguerrimento, mas suas verdadeiras intenções eram conhecidas por pouquíssimas pessoas dentro das Forças Armadas.

Por conta disso, várias vezes, sargentos a serviço do CIEX eram presos pela polícia e liberados só depois de revelar uma senha combinada com os superiores, o que dava grande prestígio no meio estudantil ou operário o fato de terem sido presos e depois libertados. Além de agir usando seu próprio pessoal, o CIEX também patrocinou um grupo radical de direita conhecido como Grupo Secreto. Sua função era de plantar bombas em lugares considerados focos da esquerda, geralmente teatros e faculdades, o CIEX lhes fornecia os explosivos e assessoria estratégica. Quando um integrante do Grupo era preso, o CIEX, o SNI ou um membro da própria polícia providenciava sua soltura.

Merece um capítulo especial a ascensão do General Médici à Presidência da República. Primeiro, porque era oriundo do SNI, do qual era diretor, portanto também com laços umbilicais com a extrema direita Os poderes e prerrogativas do CIEX foram reforçados com a subida de Emílio Garrastazu Médici à presidência. Se fizermos uma comparação ideológica entre Costa e Silva e Garrastazu Médici, veremos que Médici era ainda mais radical que Costa e Silva. Foi dele que partiu a iniciativa para a instituição do AI-5 que Costa e Silva só ratificou, pressionado por ele. Foi nessa época que o CIEX, agora sob o comando do coronel Milton Tavares de Souza, se tornou o órgão que mais propôs censuras à televisão e à imprensa escrita. Um dos jornais que foi ativamente vigiado foi o “Opinião”, que contava com colaboradores como Fernando Henrique Cardoso e Millôr Fernandes. A intenção original do CIEX era de não só censurar o jornal, mas de proibir sua circulação; no entanto, não conseguiu que isso fosse feito.

Durante o mandato de Médici, o CIEX conseguiu se infiltrar numa das maiores guerrilhas anti-regime, a Ação Popular, através do ex-militante Gilberto Prata. Prata foi levado a colaborar por chantagem; caso não voltasse a fazer parte da AP e suprisse o CIEX de informações, além dele, sua esposa e sua irmã mais nova seriam presas. Foi também pago em troca das informações. O CIEX trocava informações com a CIA constantemente e foi assim que ficou sabendo do treinamento que o Grupo Primavera estava fazendo em Cuba. O Grupo Primavera, guerrilha que ficou conhecida depois como Grupo da Ilha, recebeu um treinamento paramilitar básico do governo cubano para em seguida voltar ao Brasil e tentar iniciar um foco de revolução. No entanto, a instrução militar cubana não correspondia à realidade da subversão brasileira. Lá eles tinham cama e comida e aqui era muito diferente e o enfrentamento muito mais difícil

Infelizmente para eles, um dos instrutores era um informante da CIA que informou ao Centro de Informações do Exército a data em que os guerrilheiros pretendiam voltar ao Brasil. A maioria dos rebeldes do Grupo Primavera foram mortos assim que chegaram ao Brasil. Um dos poucos sobreviventes foi o ex-deputado José Dirceu, este mesmo deputado que se envolveu em escândalos de corrupção, liderando o esquema do “Mensalão”, durante o Governo do Presidente Lula.

O termo DOPS significa Departamento de Ordem Política e Social. Criado para manter o controle do cidadão e vigiar as manifestações políticas durante a ditadura pós-64 instaurada pelos militares no Brasil, o DOPS perseguia, acima de tudo, as atividades intelectuais, sociais, políticas e partidárias de cunho comunista. Entre os anos de 1964 e 1974, em virtude da crescente resistência ao regime militar, o DOPS obteve maior autonomia, mas a partir do momento em que o Brasil se abriu para o processo de redemocratização, a instituição perdeu atividades e o sentido de sua existência. O DOPS exercia função de órgão policial e deixou documentos como ofícios, relatórios, radiogramas e livros que hoje servem como pesquisa histórica e busca de processos judiciais. Há dossiês que discriminam a existência, na época, de eleições sindicais, greves, partidos políticos, atos públicos e outros acontecimentos que eram registrados e vigiados pelo DOPS. As celas do antigo edifício do DOPS em São Paulo, onde vários políticos ficaram detidos, foram torturados e mortos, foram transformadas em locações do Museu Imaginário do Povo Brasileiro. O prédio está reformado, atitude criticada por ex-presos políticos da época, pois a reforma apagou todos os traços de resistência e sobrevivência daquele tempo chumbo.

Formaram-se nesse mesmo tempo, mais de dez organizações clandestinas que propunham a luta armada visando a uma vitória socialista como a única opção contra o regime militar que hora se instalara. Três delas, no entanto,seriam as protagonistas dessa luta: a VPR formada por estudantes e ex-sargentos de São Paulo, a Colina e a dissidência marighelista. Estatisticamente, contabilizando os atentados pessoais, assaltos a bancos e, roubo de armas não aconteceram mais de cinquenta vezes No dia primeiro de julho, três “terroristas” mataram um militar alemão Edward Von Westernhagen no Rio de Janeiro, quando o militar saía do curso que fazia na Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Edward foi morto por ter sido confundido com o capitão boliviano Gary Prado, que comandou o pelotão que matara Che Guevara. Posteriormente jogaram duas bombas em

repartições do governo e roubaram dois bancos. Em função de alguns êxitos da guerrilha e pelo fato de que nenhuma organização fora abalada por infiltrações e ainda quando, através de sequestros, atentados e roubos a banco, conseguem negociar e salvar, mandando para o exílio muitos que certamente seriam mortos, os dirigentes militares passam a endurecer as ações associando a tortura à indisciplina.

Após o AI-5, foi dado o aval para aqueles que praticaram a tortura no combate à subversão. Dizer que a máquina repressiva se organizou após 1968 é uma imprecisão, porque a desorganização era o fundamento da lógica da repressão. O capitão passava por cima do major, o delegado trabalhava contra o governador. Nesse sentido, a repressão subvertia a ordem mais que os guerrilheiros. A indisciplina militar não chegava aos altos escalões do Exercito, no entanto a Marinha torturava os militantes de esquerda, principalmente os católicos. Existem até hoje contradições quando da assinatura do AI 5. Sobreviventes como o coronel Jarbas Passarinho, na época ministro do Trabalho, e Ivo Arzua (Agricultura) dizem que Costa e Silva foi pressionado a editar a medida, no que divergem do general Jaime Portela (gabinete militar) e o vice presidente Pedro Aleixo.

Sergio Paranhos Fleury era violento, começava estapeando, depois torturava e, se perdia a paciência, atirava mais de uma vez. Sua carreira foi tão meteórica que tinha plenos poderes para chefiar a OBAN. Quando se instalou no DOPS, já levava com ele todo o seu ”Esquadrão da morte”, um grupo de policiais envolvidos em esquemas de corrupção, proteção a traficantes e contrabando. A influência do delegado ia além dos limites do Estado, chegando a receber, por mais irônico que pareça, a Ordem do Grande Pacificador em 1971. Quando conseguiu matar Carlos Marighella com a ajuda do CENIMAR que deteve no Rio padres que tinham ligação com os guerrilheiros, Fleury chegou ao seu ápice tendo Marighella como seu maior troféu.

“Os comandantes militares sabiam que tinham colocado um deliquente na engrenagem policial do regime” diz Elio Gaspari no livro “A Ditadura escancarada” referindo-se a Sérgio Fleury.

A Colina foi destruída em ação armada do Exército, considerada um sucesso devido à rapidez e eficiência, sendo os presos torturados ou mortos. A indisciplina e a tortura, longe de serem incidentes lamentáveis namoravam firme. (Helio Gaspari, Ditadura envergonhada. 2002)

Por influência da doutrina voltada para a caça do “inimigo interno” ocorreu a proliferação de órgãos de segurança, teve-se assim a criação a Operação Bandeirante (OBAN), formada por efetivos do exército, marinha, aeronáutica e a polícia política estadual e o Departamento de Polícia Federal, Policia Militar, enfim todos os órgãos de Segurança. Em Janeiro de 1970, surge o DOI-CODI (Departamento de Operações de Informação Centro de Operações de Defesa Interna). Foi conferida a estes organismos uma estrutura legal que dava a mesma impunidade quanto aos seus métodos, o que resultou em grandes vitórias na chamada “luta contra a subversão”. As autoridades tinham o poder ilimitado de praticar qualquer ato de tortura ou violência que era imediatamente chancelado pelo Estado. Com a LSN (Lei de Segurança Nacional) o governo tinha o controle total que provocava uma maneira firme de dissuasão e repressão do povo brasileiro de forma injusta e coerciva.

Em virtude dos inexpressivos resultados obtidos com os inquéritos que demoravam muito para serem concluídos e não geravam as punições esperadas, juntamente com a morosidade e limitação da justiça, contribuíram para o surgimento de um sistema que daria um foro especial para os crimes políticos que era o “Sistema de Segurança Interna no País” (SISSEGIN). Com a tortura cada dia mais intensa, os arquivos passam a conter cada vez mais informações, que dão aos militares a iniciativa das ações, invertendo a seu favor a guerra na clandestinidade.

2.2 A TORTURA COMO POLÍTICA DE ESTADO

Com o Golpe de 1964, instalou-se no Brasil um governo em que comandava o pressuposto da coerção. Somente a partir da subida ao poder de Costa e Silva é que a Ditadura Militar se escancarou, no dizer de Gaspari. A vitória da chamada “linha dura”, o golpe dentro do golpe, instituiu o terrorismo de Estado, que utilizou sistematicamente o silenciamento e o extermínio de qualquer oposição ao regime. Em 1968, com o AI-5, é que a tortura se tornou uma política de Estado, usada, sobretudo, como argumento para o combate à desordem e à subversão.

Com o advento do governo Médici (1969-1974), a tortura passou a ser rotina na ação de organismos militares e grupos de apoio à ditadura. Foi o período em que mais se praticou a tortura política em nosso país. O ex-presidente Geisel (1974 – 1979) afirmava:

> [...] que a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter informações. [...] no tempo do governo Juscelino alguns oficiais, [...] foram mandados à Inglaterra para conhecer as técnicas do serviço de informação e contra-informação inglês. Entre o que aprenderam havia vários procedimentos sobre tortura. O inglês, no seu serviço secreto, realiza com discrição. E nosso pessoal, inexperiente e extrovertido, faz abertamente. "Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior." (O Globo, 1997, p.12 em depoimento a Maria Celina D"Araújo e Celso Castro)

Em 1971, o Gabinete do Ministro do Exército e seu Centro de Informações (CIEx) elaboram um manual sobre como proceder durante os interrogatórios feitos a presos políticos. Alguns trechos apontavam:

> *[...] O interrogatório é uma arte e não uma ciência [...]. O interrogatório é um confronto de personalidades. [...]. O fator que decide o resultado de um interrogatório é a habilidade com que o interrogador domina o indivíduo, estabelecendo tal advertência para que ele se torne um cooperador submisso [...]. Uma agência de contra-informação não é um tribunal da justiça. Ela existe para obter informações sobre as possibilidades, métodos e intenções de grupos hostis ou subversivos, a fim de proteger o Estado contra seus ataques. Disso se conclui que o objetivo de um interrogatório de subversivos não é fornecer dados para a justiça criminal processá-los; seu objetivo real é obter o máximo possível de informações. Para conseguir isso será necessário, frequentemente, recorrer a métodos de interrogatório que, legalmente, constituem violência. É assaz importante que isto seja bem entendido por todos aqueles que lidam com o problema, para que o interrogador não venha a ser inquietado para observar as regras estritas do direito [...].*[17]

Algum tempo atrás a Revista Veja contribuiu para a rememoração da prática da tortura no Brasil. Num artigo intitulado "Porão Iluminado" aparece a voz do torturador conhecido como Marcelo Paixão de Araujo. Transcrevemos em parte o texto da Veja e da entrevista:

> *— Quantas pessoas o senhor já torturou?— Não tenho idéia. Não sou igual a matador que faz talho na coronha do revólver para cada um que mata. Mas você quer um número aproximado? — Sim. — Umas trinta. Esse é um trecho do depoimento de Marcelo Paixão de Araújo, mineiro, 51 anos, que serviu como tenente no 12º Regimento de Infantaria do Exército, em Belo Horizonte, nos duros anos de 1968 a 1971. Em quase duas horas de entrevista a VEJA, o ex-tenente confessou que torturou três dezenas de presos políticos durante o regime militar (1964-1985), com choques elétricos, pau-de-arara, cassetete, tapas, palmatória e o resto da parafernália usada nas sessões de suplício. Ele é o primeiro agente da repressão a vir a público para dizer "eu torturei". Sabe-se que, durante a ditadura militar, cujo período mais violento ocorreu entre o fim dos anos 60 e início dos 70, a tortura campeava nos quartéis do Exército,*

---

[17] *Gabinete do Ministro, Centro de Informações do Exército – Manual de Interrogatório. Apud Comissão de Cidadania e Direitos Humanos – ALERS – Relatório Azul – P.A., Assembléia Legislativa, 1998, p. 285*

> *Marinha e Aeronáutica e nas delegacias civis e militares. A importância do que diz o tenente do Exército está na sua confissão minuciosa de uma prática que jamais alguém assumiu em público, e as Forças Armadas não admitem, até hoje, que tenha sido empregada nos porões do regime como política de Estado — no máximo, reconhecem casos "isolados" e por "iniciativa pessoal" de torturadores*[18].

Como podemos explicar o que motivava o torturador se manifestar de maneira tão violenta e cruel? O recalque da agressividade, incapaz de exteriorizar afetos em sua dimensão obsessiva, pode trabalhar a memória de forma a estimular práticas violentas, irracionais, expressão de fúria incontrolável (M. Ansart). É necessário definir ressentimentos como a exteriorização das invejas, rancores, ódios, sendo, portanto, um conjunto de sentimentos que afloram com o desejo de vingança. A submissão a um poder, associado ao amor pelos poderosos e o ódio desenfreado pelos fracos, mostra um tipo de personalidade mesclada, ora pelo sadismo, ora pelo masoquismo, mas parece ser a lealdade sem freios do militar torturador ao sistema a causa de tanta violência.

Mas o que justificaria a ação de um ser humano contra a humanidade senão a banalização da maldade? Isto pode ser notado nesta frase do torturador:

> *A tortura causa um desgaste muito grande. Nunca me neguei a torturar alguém, mas só fazia quando havia necessidade. Mas a brincadeirinha não tem a menor graça, viu?"(risos) VEJA: Quem tortura age como um monstro? ARAÚJO: Monstro? (em tom indignado). Não. As pessoas que transitam em determinado meio tendem a se relacionar com seus pares. Então, militar andava com militar, policial andava com policial. Essas práticas eram normais entre nós. (REVISTA VEJA DE 09.12.1))*

As regras causam uma espécie de automatismo. Sem nenhuma capacidade de pensar, baseados numa superficialidade banal, os entusiastas da tortura diziam que os possíveis excessos seriam pequenos em comparação ao que deveria ocorrer, caso a esquerda conquistasse o poder, o que autorizava a polícia e as forças armadas a estarem devidamente autorizados a continuar a barbárie. Questionando por que esses vários fatores levaram a uma verdadeira caça às bruxas, como na Inquisição, os acusados não tinham direito a defesa e o governo, por ser revolucionário, podia criar os seus dogmas e punir a seu bel-prazer aqueles que eram considerados corruptos ou subversivos.

---

[18] REVISTA VEJA DE 09.12.1998 http://veja.abril.com.br/091298/p_044.html

2.3 MÉTODOS DE TORTURA USADOS NO GOLPE DE 1964

Em tempo de divisas tempo de gente cortada [...]
É tempo de meio silêncio,
de boca gelada e murmúrio,
palavra indireta, aviso
na esquina. Tempo de cinco sentidos
num só. O espião janta conosco.
Carlos Drummond de Andrade

A discussão das atrocidades pode, quando pensamos em um objetivo mais amplo, resgatar a memória social, influenciando a respeito da violência do Estado de tal modo que possa constituir "fatos" de conhecimento público. Nesses casos o sigilo é uma questão fundamental e bem administrada, porque, nesse momento, é indispensável para que a revelação das atrocidades seja a mais fiel.

A curva de aprendizado do torturador era longa, mas não exigia nenhum talento especial, bastando um condicionamento que viesse de escalões superiores, passando pela condição fundamental de administrar o sigilo. Era necessário um ensinamento prático e teórico, cujo aprendizado, dependendo do talento e de sua aplicação, possibilitaria ao torturador fazer parte de um período negro da história do Brasil.

Essa sórdida atividade foi introduzida pelo policial americano Daniel A. Mitrione, um, entre os muitos assessores que trabalhavam para o Programa de Segurança Pública (OPS, na sigla em inglês) da Usaid (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). Era um policial experiente, ex-chefe da policia de Richmond, no estado de Indiana, que tinha muita experiência com tortura. Dan Mitrione também serviu no Brasil em Belo Horizonte por dois anos, formando a "primeira linha de defesa" contra aqueles que eram considerados subversivos, inimigos do regime. A sua atuação tratou de assuntos simples como mudança de uniformes policiais e regras de trânsito, sendo que as coisas mais pesadas como desbaratamento de conflitos de rua, manejar um cassetete, só o faria em aulas teóricas, em suas palestras.

No livro "Brasil nunca mais", afirmam alguns relatos que, para adestramento da polícia local, alguns mendigos de rua teriam sido utilizados como cobaias e ainda que teriam sido seviciados nas salas de aula, para que os alunos aprendessem *in loco* as várias modalidades de tortura. É possível que tal episódio não corresponda à verdade, porque aconteceu no período entre 1960 até 1962, um período

considerado morno, no que diz respeito às atividades militares, levando em consideração que a esquerda tinha espaço de manobra. Em 1962, Mitrione foi promovido e transferido para o Rio de Janeiro. Permaneceu no Brasil por mais alguns anos, mesmo depois do golpe militar, evento que foi comemorado pela Usaid. Logo depois, por conta de ter obtido um bom desempenho, foi ser instrutor da Academia Internacional de Policia, em Washington, entre 1967 e 1969, foi transferido para Montevidéu no Uruguai. Encontrou a morte durante sequestro organizado pelos Tupamaros, após exaustivas negociações. Sua morte trouxe à tona a política norte- americana de exportar torturadores.

O objetivo do torturador é obter informações e nunca matar o preso, o que eventualmente acontecia. Dotados de instrumental especializado para tortura e contando com profissionais treinados nessas práticas, a tortura passa a ser mais eficiente e a proporcionar melhores resultados. As aulas práticas eram ministradas e assistidas às vezes por mais de cem pessoas, gravadas e confirmadas pelos torturados.

Se fizermos um paralelo com a época da Inquisição, veremos que não havia preocupação com o direito de defesa, sendo o veredicto sumário e regido por um código não escrito, sem brechas legais nem jurisprudências contraditórias e sem fundamentação sustentável. As pessoas confessavam tudo que sabiam para delatar os companheiros, os pontos de encontro, mas, às vezes, os torturadores passavam dos limites e o torturado morria o que criava um problema, principalmente quando chegava aos meios de comunicação. Depois de algum tempo e com a prática adquirida, os policiais achavam que podiam exportar os métodos aqui desenvolvidos para outros países.

A tipificação da tortura foi feita por um grupo de médicos. Essa tipificação sádica não é ficção, mas um trabalho executado por anos e catalogado, principalmente por médicos canadenses denominados “Grupo Médico Canadense” ligado à Anistia Internacional. Esses médicos criaram um Protocolo de Exame Médico, para ser é aplicado a todos os torturados que são enviados do mundo inteiro, que consta de perguntas específicas, acompanhadas de exames que confirmam as respostas, para então ser feita uma estatística. Tortura na planta dos pés é uma característica do policial grego; choque elétrico e pau-de-arara são típicos dos brasileiros; no Chile, Uruguai e Paraguai, usam cigarros acesos e também os

choques elétricos e, às vezes, as lacerações provocadas por objetos contundentes ou cortantes,

Vejamos uma descrição do próprio algoz sobre uma dessas práticas:

> *VEJA: O que mais tinha no menu mineiro? ARAÚJO: A dança da lata eu praticava muito. VEJA:Como era? ARAÚJO: Eu pegava duas latinhas de ervilha e abria. Depois, colocava o cara de pé, em cima. VEJA: Sangrava? ARAÚJO: Não. Ele falava antes disso (gargalhadas). Mas quem era mais leve agüentava mais tempo. VEJA: E quem não tinha o que dizer? ARAÚJO: Ia para a lata igual. Mas é muito fácil identificar quem tinha e quem não tinha o que falar. VEJA: Como? ARAÚJO: Militante é diferente. Jornalista é diferente de militar, que é diferente de empresário, que é diferente de militante. Ele se deixa trair por uma série de coisas. O linguajar, para começar, é diferente. Então, inocente só era torturado quando o agente era muito cru, sem conhecimento algum da práxis marxista, ou quando era um sádico. É muito fácil identificar uma pessoa que não é de esquerda. (idem)*

O “pau de arara” foi um método de tortura muito utilizado no Brasil por ocasião de golpe militar, consiste em uma barra de ferro que é atravessada entre os punhos amarrados e os joelhos dobrados, também amarrados, mantidos suspensos entre duas mesas ficando o corpo do torturado a cerca de 20 a 30 centímetros do solo.

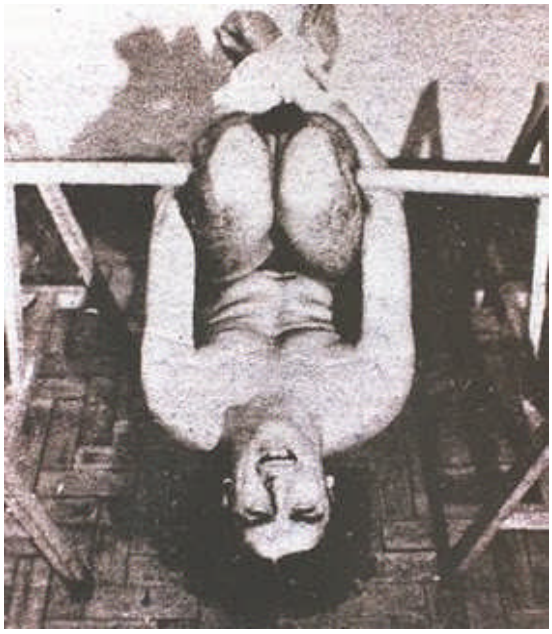

Figura 19: PAU DE ARARA - IN: **ttp://3.bp.blogspot.com/_fvMmtgX9Xf0/SXYqnlQYzTI/AAAAAAAADqI/Y-GOnIbuWPI/s1600-h/Tortura+-+Pau+de+Arara.jpg**

Essa modalidade de tortura aumenta a eficácia quando combinada com outros métodos como a palmatória e aplicações de choques elétricos principalmente quando a pessoa está molhada. Pode-se perceber o efeito quando o preso não consegue manter o pescoço firme e,quando isso acontece, o sofrimento é intenso.

Um exemplo típico de sequelas deixadas por esse método de tortura é o caso de Marcos Arruda, um edema crônico no antebraço esquerdo, do pulso até o cotovelo. Arrebentaram-lhe os vasos linfáticos no pau-de-arara e nas algemas móveis (que apertam com qualquer movimento), tendo recomendado os médicos que evite qualquer infecção ali, pois não há mais defesa do sistema imunológico. O imunologista que consulta com relativa regularidade lhe deu um atestado de que essa lesão foi causada pela tortura. Em diversas ocasiões, nessas últimas duas décadas, ele tem tido infecções que começam num dedo e se espalham pelo antebraço na forma de pintas vermelhas e edema no ombro direito, ainda carrega as marcas de queimaduras de cigarro no dedo mínimo do pé, tem uma cicatriz de queimadura com choques elétricos, um traumatismo no pau-de-arara deixou uma diferença notória à altura do ombro esquerdo. (Alfredo Guillermo Martin Psicologia ciência e profissão UFRS)

A posição do “pau de arara” facilitava o uso de choques elétricos nas regiões genitais como pênis ânus e vagina, sem contar a humilhação de estar nu e observado por muitas pessoas. O afogamento também era usado junto com o “pau de arara”, ou melhor, como complemento. Nesse caso, uma mangueira é colocada dentro da boca do torturado com água corrente e com fios elétricos que a cada descarga faziam o torturado respirar e engolir mais água até sufocá-lo. Em outras ocasiões o preso era colocado numa grande banheira com eletricidade ligada nas bordas, deixando a água até o pescoço, o torturado é deixado por duas ou três horas na mesma posição, quando cansado, restam-lhe duas alternativas, ou larga o corpo e se afoga ou segura na borda eletrificada, esse tipo de tortura também é conhecido como “submarino”.

Alguns métodos de tortura usados na Idade Média foram aperfeiçoados e usados durante a ditadura militar, como a Cadeira Inquisicional que era constituída de espetos fixados no assento, nas costas, nos braços, pernas e pés. A “Cadeira do Dragão” similar da Cadeira Inquisicional, usada em São Paulo, era diferente da do Rio de Janeiro, embora as duas usassem choques elétricos, a de S. Paulo tinha uma

travessa e a cada espasmo produzido pela descarga, fazia com que as pernas chocassem com a travessa produzindo ferimentos profundos. E fácil entender o efeito dessas perfurações, levando em consideração que havia um sistema que imobilizava e impedia de mexer provocando com isso penetrações mais profundas e dolorosas. Na Alemanha, foi introduzido um assento de ferro, que podia ser aquecido. A força deste instrumento está no terror psicológico, pois o torturado sabe que as dores podem aumentar, pois começavam lentamente para depois se tornarem insuportáveis. Muito poucos aguentavam mais que cinco minutos. Existe uma semelhança entre as cadeiras, o que faz pensar que talvez não seja uma cópia, mas a reutilização de uma idéia, devidamente acrescida de métodos mais sofisticados. O requinte mais contundente é, sem dúvida, a colocação de fios elétricos enfiados no pênis, ânus e vagina que provocaram danos irreversíveis e queimaduras internas muito mais difíceis de tratar.

Numa avaliação criteriosa e detalhada sob o ponto de vista médico é muito difícil de pensar que todos os torturados levem hoje uma vida normal, porque a possibilidade de sequelas físicas é muito grande e, possivelmente, nenhum escape de um trauma psicológico. Durante os interrogatórios, os torturadores, além de fazerem galhofas, davam apelidos aos vários tipos de tortura como “JESUS CRISTO” quando usavam cordas para esticar os braços para cima com a finalidade de luxar ou fraturar os ossos do ombro. Esse método é muito semelhante ao pêndulo, suplício usado na Idade Média, ou seja, é baseada nos mesmos princípios, uma cópia fidedigna do método usado contra os hereges. Em outros casos, chamavam de “CRISTO REDENTOR”, fazer com que o torturado carregasse quatro listas telefônicas em cada braço e recebendo pancadas no estômago e peito obrigando-o a erguer-se novamente.

O “banho chinês’ consiste em mergulhar a vítima de boca aberta em um tambor cheio de água que, muito frequentemente, iria produzir um afogamento ou mesmo pneumonia. Na guerrilha do Araguaia este método foi largamente usado em função das proximidades do rio e pela facilidade, porque não exigia aparelhos especializados.

Figura 20: O banho chinês (www.insightpublicidade)

O “Garrote vil” é instrumento utilizado para aplicar a pena de morte; é originário da Espanha, vigente legalmente nesse país desde 1820 e abolido pela Constituição de 1978. Aplicava-se um garrote ao pescoço da vítima, que era mantida imóvel amarrada a uma cadeira. Também foi utilizado em diversos países da Ibero - América, durante a conquista da América, este método foi utilizado para executar o imperador Atahualpa, em 26 de julho de 1533.

Como explicar o papel do torturador? Parece-nos uma armadilha tentar explicar o papel do torturador como uma conduta sádica, desequilibrada e delirante como julgam os psicólogos.

CAPÍTULO III
O SUPLÍCIO: A DESTRUIÇÃO DO CORPO E DA IDEIAS

3.1 ASPECTOS QUE ATESTAM PARA O SIM OU NÃO DA VALIDADE DA TORTURA

Fazendo-se uma análise entre suplício e tempo, chega-se à conclusão de que para cada tipo de guerrilheiro havia um tipo de suplício, de acordo com o crime cometido. Os tipos de tortura empregados que visavam à demolição do corpo somente atingem seu ápice em 1971, na realidade sete anos após o golpe, quando passa pelo extermínio físico, principalmente, daqueles sem visibilidade pública, nos porões e, provavelmente, os excessos não eram cometidos pelos subalternos, mas por ordem de seus comandantes do mais alto grau.

Dor é uma experiência vivenciada por quase a totalidade dos seres humanos, sendo considerado o quinto sinal vital, ou seja, é sintoma que deve ser documentado e trabalhado de modo apropriado. Os procedimentos para evitar a dor são também uma responsabilidade ética. Desde o juramento Hipocrático, “me absterei de causar-lhes dano” até a Declaração de Genebra, em que se fala ”A saúde de meu paciente será minha primeira consideração/prioridade...” ou da Associação Médica Americana que afirma “os médicos têm a obrigação de aliviar a dor e o sofrimento”. A procura do conceito de tratamento da dor e de cuidados paliativos como pertencentes aos Direitos Humanos teve reconhecimento junto as Nações Unidas.

A dor ,quando causada por enfermidades deve ser tomada como um alerta biológico, principalmente quando aguda e extrema, é fácil imaginar sua potência ao ser deliberadamente provocada e usada cientificamente como na tortura. Geisel justifica a tortura como uma necessidade, quando feita de maneira discreta e clandestina.

Sabe-se que a tortura impele o indivíduo à perda da autoestima, o desprezo por não suportar o que, na verdade, é impossível suportar, carregando uma cruz que lhe foi imposta para o resto de sua vida.

Traçando uma precisa tipologia das diversas formas de tortura ao longo da História humana, chega-se à conclusão de que essa pratica importante evoluiu assustadoramente, da tortura física em seu aspecto mais brutal, até chegar à tortura

psicológica, baseada na depressão sensorial e na dor. A tortura psicológica deixa sinais indeléveis que, dificilmente, podem ser removidos ou cancelados.

Uma tortura bem sucedida procura legitimidade na justiça, sendo o corpo do torturado peça essencial, e o culpado o arauto de sua condenação. No entanto, a justificativa para a prática da tortura não é a ideologia e sim a política do medo, sustentado pela própria violência, o jogo desigual de forças que faz entender a liturgia do suplício. O torturador busca o triunfo da lei a qualquer custo. Existe uma ligação intima entre a tortura e a literatura sócio-patológica de autoridade e obediência em que homens comuns passam a ser operários da violência.

Uma pergunta precisa ser feita: qual a validade da tortura durante o regime militar?

Com base na cronologia dos “anos de chumbo” é possível perceber que, no momento em que a tortura passa a ser adotada como método importante, uma a uma as células guerrilheiras começam a cair sob o domínio quase total dos militares, principalmente a partir de 1971. É evidente a disparidade de recursos entre a duas facções em disputa, mas existiu, por outro lado, um determinado momento em que o regime militar foi obrigado a fazer concessões, principalmente durante a escalada de sequestros de embaixadores, quando foi forçado a libertar um contingente grande de presos políticos. Lícito seria pensar que, se houvesse um serviço de inteligência trabalhando com eficiência, a tortura poderia ser descartada como aconteceu na Itália no auge da ação das Brigadas Vermelhas, no fim dos anos de 1960.

3.2 O SUPLÍCIO DO CORPO

Ao contrário do que acontecia no período da Inquisição, o corpo do torturado, durante a ditadura, não era exposto. A tortura e suas consequências deveriam permanecer ocultas e, se possível, em lugar ignorado, impedindo qualquer violação ou ato de violência, porque importa também prevenir qualquer simpatia por parte da população em relação ao torturado que se transformaria num mártir. A lentidão do suplício e seus estratagemas têm como finalidade fundamental justificar o ritual da exclusão da verdade “arrancando” os nomes dos eventuais cúmplices.

> O modelo básico no qual se apóia a ação do torturador. Na tortura o corpo volta-se contra nós exigindo que falemos. Da mais intima espessura de nossa própria carne se levanta uma voz que nos nega, na medida em que pretende arrancar de nós um discurso do qual temos horror, já que é a negação de nossa liberdade.[19]

[19] Observações do psicanalista Helio Pelegrino em Brasil Nunca Mais Ed Vozes p.281

O corpo refletido externamente se une ao corpo interno através do medo, ocupando territórios em que a mente precariamente se desalinha devido à fragilidade do momento.

> A decisão de falar ou não falar, quando se está sob tortura é absolutamente traumática, a mente e o corpo do torturado cindem-se em duas partes distintas: a mente quer preservar as convicções e a segurança dos companheiros; o corpo dilacerado pela dor quer a vida. A mente cogita que a morte é uma fuga viável, uma solução. O corpo dilacerado e a mente degradada moral e psicologicamente do torturado, nos fugazes momentos em que se encontram, querem a piedade do torturado fica reduzido à condição de objeto. Da sua vontade sobram apenas escombros. É nessas circunstâncias quase indescritíveis que se decide falar ou não falar [20]

A partir do sec. XVIII e começo do sec. XIX a punição pública inicia um processo de extinção que vai se esvaindo com certa descrição, fazendo desaparecer o corpo do suplicado, esquartejando, queimando, amputando ao seu bel prazer aqueles que eram considerados corruptos ou subversivos.

3.3 A TORTURA E A DESTRUIÇÃO DO EU

> *Eu não tenho coragem. Coragem tinha meu filho. Eu tenho legitimidade.* (Zuzu Angel)
>
> *[...] na tortura toda carne se trai e normalmente, comumente, fatalmente, displicentemente o nervo se contrai com precisão...* (Zé Ramalho).

O medo de sofrer as mesmas dores é pior que a própria dor. Os instrumentos de suplício reduzem as pessoas ao limiar da fraqueza humana. O medo, o instinto de sobrevivência, a dor psíquica ou física extrema fazem com que o torturado troque a dignidade pela sua vida.

3.3.1 DEGRADAÇÃO E DOR

Define-se dor como qualquer experiência sensorial desagradável, seja ela de origem física ou emocional. Quando muito forte, pode prejudicar o gerenciamento da própria vida. A dor constitui um importante dispositivo de alarme. Para o médico, a dor é fundamental e deve ser encarada com o maior respeito.

---

[20] José Genuíno *A dor do passado* p.1 transcrito da Dissertação de mestrado de Juliana Pereira Diniz Prudente. *Tortura intriga de um sistema falido* para a Universidade Federal de Goiás 2003.

No caso da tortura, o objetivo é que, através da dor e da degradação, um ser humano vire “coisa” e, ao mesmo tempo, permaneça gente, para que reconheça no torturador outro ser humano, pois, se tal reconhecimento não existir, não pode haver confissão, não pode haver capitulação e, sobretudo, não pode haver admissão do poder do torturador. Assim, o que a tortura cria é a situação limite em que se destrói a humanidade de alguém, para que esse mesmo alguém atue como humano, isto é, estabeleça com o algoz uma relação intersubjetiva, sem a qual o torturador perde a função e perde sentido.

Segundo os neurologistas, a sensibilidade do corpo tem duas funções possíveis para o organismo: avisar os centros nervosos sobre uma modificação do meio externo ou interno e revelar a adaptação local, regional ou geral, pela qual o organismo enfrenta a nova situação. Trata-se da função de alarme, de proteção ou simplesmente de vigília, com a qual se relacionam a sensibilidade corporal, a defesa da integridade física do indivíduo e a manutenção da homeostasia.

A produção da dor, quando mecanizada, requer aprendizado, conhecimento e empenho e propicia ao ser humano usar a criatividade para fazer os mais impensáveis métodos de tortura, ultrapassando os limites da natureza. O torturador possui o domínio entre a vida e a morte. Mas não raro esse domínio se lhe escapa e uma manipulação resulta em morte, mas existe sempre a certeza da impunidade.

O tema do torturador é delicado e recorrente, servindo como exemplo o caso atual do Cel. Brilhante Ulstra, que frequentou os porões da ditadura com muita intimidade e só agora foi processado pela justiça de S. Paulo pela tortura de Maria Amélia Teles, de seu marido César Augusto Teles e sua irmã Criméia Schimidt de Almeida.

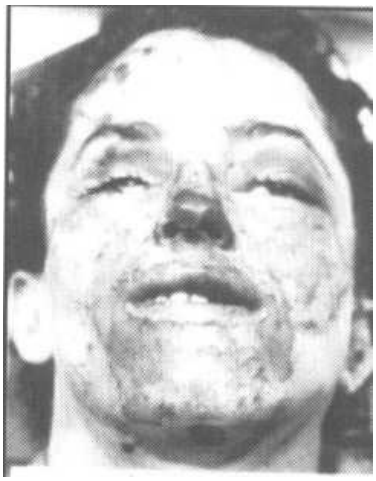

Figura 21: Foto de Antônio Carlos Bicalho Lana, morto em 1973, encontrado no DOPS/SP

3.3.2 SINTOMATOLOGIA

Não existe um quadro sintomatológico único para as vítimas de tortura. Existe, sim, uma variedade de sinais e sintomas, que vão se agravando como passar dos anos:

1 - Desaparece o sentimento de pertencimento e da própria identidade; o torturado não consegue se localizar no tempo e espaço; ele se procura em todos os lugares e não se acha: sua personalidade é arrancada, moída, ele se torna outra pessoa.

2 - A incidência de surgimento de psicoses em pessoas que foram torturadas é cinco vezes maior do que no restante da população.

4 - A taxa de suicídios é de 16 a 23% maior. Um exemplo conhecido, o é o de Frei Tito, que foi barbaramente torturado até as profundezas de sua alma. Sobre ele assim se refere Frei Beto:

> O capitão Albernaz tinha razão: sufocado por seus fantasmas interiores, Tito tornou-se ausente. Ouvia continuamente a voz rouca do delegado Fleury, que o prendera, e o vislumbrava em cafés e bulevares. Transferido para o convento de l'Arbresle, construído por Le Corbusier, nas proximidades de Lyon, as visões aterradoras continuaram a minar sua estrutura psíquica.[21]

E essa legião de fantasmas o levou ato extremo: o suicídio.

5 - Pouca sociabilidade que é uma consequência de passarem dias e dias sem ter contacto com ninguém, que é um tipo de tortura em que a solidão faz parte da estratégia de demolição psicológica.

6 - Separações familiares frequentes, em face da grande dificuldade de comunicação, que faz parte do dia a dia da família. O torturado desaprendeu como viver em sociedade, uma vez que esse hábito não fazia mais parte de sua lida diária. São descritos casos em as pessoas não conseguem dormir em cima da cama, mas embaixo devido ao medo contínuo.

7- Capacidade de trabalho diminuída em função da saúde debilitada pelas violências sofridas na prisão.

8 - O problema da retraumatização tem a obrigação de não se esquecer do Frei Tito, que serve como exemplo maior.

---

[21] CHRISTO, Carlos Alberto Libânio . (Frei Beto). *Jardim da Saudade*. In: Memorial on line de Frei Tito. http://www.adital.com.br/freitito/por/irmao.html.

> De modo exemplar, Frei Tito encarnou todos os horrores do regime militar brasileiro. Este é, para sempre, um cadáver insepulto. Seu testemunho sobreviverá à noite que nos abate, aos tempos que obrigam a sonhar, a sonhar, à historiografia oficial que insiste em ignorá-lo. Permanecerá como símbolo das atrocidades infindáveis do poder ilimitado, prepotente, arbitrário. Ficará, sobretudo, como exemplo a todos que resistem à opressão, lutam por justiça e liberdade, aprendendo, na difícil escola da esperança, que é preferível "morrer a perder a vida.[22]

9 - Podem aparecer sintomas muitos anos (após 20 a 30 anos) muitas sequelas permanecem sem sintomas durante muito tempo, mas alguma recidiva, após muitos anos, mostra sua virulência.

10 - As doenças se tornam mais graves com mais hospitalizações.

11- Os ex-torturados vão muito pouco ao médico, porque reavivam os sofrimentos que, na realidade, querem esquecer. Pelo mesmo motivo não gostam de dar entrevistas.

3.3.3 EFEITOS DA TORTURA SOB O PSIQUISMO

1- Ações incongruentes, como mudar os ritmos biológicos, o dia pela noite, manhã pela tarde.

2- Diminuições do sentido de orientação pessoal, temporal e espacial,

3- Mudanças de costumes atitudes, e crenças pessoais.

4- A falta de informações por longos períodos de tempo provoca confusão mental, com gritos e gemidos e tentativas de suicídio.

5- As pessoas torturadas que sofreram humilhações frequentes, causando total impotência frente aos fatos, às torturas e ameaças.

6- Pensamentos suicidas.

7- Quando uma ordem estabelecida como a tortura domina os seus espaços e sufoca suas horas, aparece uma realidade que se manifesta injusta em que a ausência de sentimentos torna-se um sintoma alarmante.

3.3.3.1 SEQUELAS PSICOLÓGICAS

Sabe-se que existe um consenso entre os médicos no sentido de dizer que não há uma patologia específica da tortura, uma sintomatologia unívoca que permita

---

[22] CHRISTO, Carlos Alberto Libânio. (Frei Beto) . *Batismo de sangue*: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982 p. 25.

fazer um diagnóstico claro e propor um tratamento efetivo. Buscou-se, portanto, sintetizar as principais coincidências nas diferentes orientações clínicas de colegas médicos que se têm debruçado sobre a situação das vítimas da tortura.

O processo traumatizante, ou "a demolição", como diria Marcelo Viñar, comporta três etapas: a primeira e mais conhecida tem como alvo a destruição da pessoa, dos seus valores e convicções; a segunda é uma experiência limite de desorganização da relação do sujeito consigo mesmo e com o mundo, é a demolição propriamente dita, também conhecida como "esvaziamento narcisista", em que é usurpada a identidade e a história do sujeito; na terceira, abre-se a possibilidade de "resolução" da crise dessa situação-limite perante a organização de uma conduta substitutiva em maior ou menor consonância com os "valores" do torturador e daqueles que o comandam.

3.3.3.2 SEQUELAS SOMÁTICAS

Esse processo se qualifica por uma violência inusitada em todos os níveis, deixando sempre as suas sequelas. As sequelas somáticas mais frequentes são:

1- afecções cerebrais;
2- não apresentam coordenação entre tempo e espaço;
3- infecções frequentes;dores de cabeça;
4- anorexia, causando emagrecimento e fraqueza geral;
5- dores no tórax;
6- dores estomacais e diarréia;
7- distúrbios estomacais com diarréia e vômitos;
8- cicatrizes, contusões, hematomas, escoriações;
9- Impotência e esterilidade , caminham juntas, sendo comum afecções ginecológicas;
10- doenças com comprometimento dos pulmões e afecções respiratórias;
11- fraturas antigas e sequelas de queimaduras, sofrendo o torturado, em geral, por longos anos

CONCLUSÃO

Aqueles que foram torturados
Continuam sendo torturados

Jean Amery judeu torturado pelos nazistas.

Este trabalho, que está sendo apresentado, é uma mestiçagem do projeto e de algum aspecto parcialmente ou totalmente enfocado sobre a tortura, com a intenção de dar uma visão mais ampla de sua estrutura elaboracional, validando as relações apresentadas, mesmo assim sujeito às críticas.

Nas bibliografias consultadas, não aparece nenhuma citação sobre a tortura, escrita por um médico-historiador, o que me parece ter um caráter inovador, se não inédito, uma vez que é quase impossível escrever sobre um assunto que envolve agressões físicas das mais brutais, sem o auxilio de especialistas.

Sinto-me muito à vontade para tratar desses assuntos que fazem parte da realidade do meu cotidiano há mais de quarenta anos, além de ter um forte argumento de ter participado, não com um espectador privilegiado, mas como protagonista da guerrilha do Araguaia.

Esta dissertação tem o propósito de relembrar que hoje, a tortura é tão ou mais frequente que antigamente, procurando estabelecer conexões e explorando os recônditos mais sensíveis e impactantes, sempre considerando que a vida humana é intocável.

Pela minha análise não é o momento de esquecer tudo o que ocorreu no golpe militar, para que esses fatos não se repitam e, mesmo tempo sabendo que esse momento se aproxima rapidamente, cabendo a nós historiadores não deixarmos que aconteça.

É nosso mister deixar para as novas gerações um legado honesto e digno, para que todos se lembrem quantos foram sacrificados em nome do combate à ditadura, porque já se escuta sobre a chamada "ditabranda” por aqueles que acham que nada aconteceu, foi apenas uma miragem.

O momento crítico por que passamos nos chamados "anos de chumbo" pede uma reflexão diferente, porque transformou a alma e a vida de muitos homens, tanto do ponto de vista físico como psicológicos. Sentimentos humanos foram dilacerados,

o país foi dividido em dois grupos antagônicos os bons e os maus, que seriam em última análise os organismos de repressão e os outros.

Quando qualquer ação do homem tem algum reflexo em seus pares, a própria vida pode ser afetada, principalmente no que concerne às necessidades materiais, psíquicas ou espirituais, principalmente quando delas se retira a sua dignidade.

Durante séculos, a proteção ao ser vivo ocorria por instinto, não havia uma declaração do direito à vida, mas a pessoa que atentasse a esse direito era punida com severidade.

No Brasil, esse fato só chegou com a Constituição de 1988. Portanto três anos após o termino do golpe militar, que permitiu que a Constituição fosse rasgada várias vezes, para que, de certo modo, estivessem justificadas e, como consequência, fossem formalmente legalizadas as torturas e os privilégios.

Quando se avalia, a contabilidade macabra do golpe militar mostra um relatório revelador:

Entre 1964 e 1979, 17 mil pessoas estiveram na justiça militar;

3613 foram presas;

1843 foram torturadas em 285 modalidades diferentes de tortura;

400 mortos;

135 presos políticos desaparecidos;

Todos esperavam que, a partir do momento em que foi aprovada na Assembléia Geral da ONU em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos, esse ato teria reflexos no Brasil, mas isso não aconteceu. Durante o golpe, marcado pela continuação da tortura, dos privilégios, das vantagens materiais, sem qualquer consideração com a ética ou dignidade da pessoa humana, provocou uma luta armada com mortes inúteis.

A bioética e os Direitos Humanos deveriam caminhar com os mesmos passos, sendo que qualquer intervenção é uma negação da ética, porque a vida tem um valor ético.

Com a publicação do livro “Brasil nunca mais” em 1985, fica gravada a incontestável culpabilidade da ditadura militar na tortura e outras violações dos direitos humanos.

Por que os militares não reconhecem os “desaparecidos”? Esse reconhecimento seria da alçada dos comandantes, quando consultados. No "ranking" das lembranças das ditaduras do Cone Sul, o Brasil continuou na "lanterninha".

REFERÊNCIAS

1. ARENDT, Hannah – *A Condição Humana.* 10 ed. São Paulo: Forense Universitária, 2008.

2. ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil nunca mais:* Um relato para história. Petrópolis-RJ, Vozes, 2005.

3. ASSEMBLÉIA DAS NAÇÕES UNIDAS, *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, dezembro 1948.

4. BRETANO, F. Funck - Savonarola, o martírio do algoz. *Revista História Viva,* p.39 a 41, maio 2007. São Paulo Ed. Edouro .

5. CASSOL, Gisele. Tortura na ditadura militar brasileira. *Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas*. Santa Maria, Ano 0, v.20, n.2, jul./dez. 2007, p.33-46.

6. CHRISTO, Carlos Alberto Libânio. (Frei Beto). *Jardim da Saudade*. In: Memorial on line de Frei Tito. http://www.adital.com.br/freitito/por/irmao.html.

7. COMPARATO, Konder Fabio. Tendências e Debates. São Paulo: *Folha de São Paulo* 29 de setembro de 2008.

8. COUTO, Ronaldo Costa. *Memória Viva do Regime Militar:* Brasil 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1999.

9. _____ *História Indiscreta da ditadura e da abertura Brasil 1964-1985.* Rio de Janeiro: Record, 1999.

10. CHÉLINI, Jean. Galileu Galileu, Pela ciência sem ser contra a igreja*. Revista História Viva* - p. 32 a 36. maio 2007, São Paulo, Edouro.

11. CUNHA, Arantes Maria Auxiliadora de Almeida. *Pacto Re-Velado. Psicanálise e clandestinidade política.* São Paulo: Editora Escuta, 1994.

12. DALLARI, Dalmo de Abreu- *Direitos Humanos e Cidadania.* Publicação do Conselho Federal de Medicina. Brasília 1998.

13. DIAZ, Amado Eduardo. Conversacion em torno a Michel Foucault*. Clinica Medicina e Literatura. Bogotá:* Editora da Universidad Nacional de Colômbia. Primera Edicion, 2007.

14. DIRECTORIUM IQUISITORIUM Manual dos Inquisidores, www.cav-templanos.lgg igg com BR/manual .Bogotá- Colombia,. acesso em 08/08/2009.

15. DREIFUSS , René Armand. *1964*: A conquista do estado - Ação política , poder e golpe de classe. 2.ed. Petrópolis,RJ: Vozes 1981.

16. ECCO, Umberto. *O nome da rosa.* Trad. Aurora Fornoni Bernardini e Homero F. de Andrade.Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

17. Enciclopédia Barsa ,vol. 8 Ed. Enciclopédia Britânica. Londres, 1967.

18. FICO, Carlos. *Como eles agiam.* Rio de Janeiro: Record, 2001.

19. *FIGUEIREDO, Lucas. Olho por Olho*: Os livros secretos da ditadura. Rio de Janeiro: Record, 2009.

20. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir, Nascimento da Prisão* – tradução Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

21. _____ Conversation em torno de Michel Foucault*. Clínica, Medicina e Literatura.* Colecion Ediciones Sur Numero 2- Primera Edicion, Bogotá, Colômbia, 2007.

22. FROTA, Sylvio*. Ideais Traídos* – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores. 2006

23. Frei Betto. Batismo de Sangue. *Os Dominicanos e a morte de Carlos Marighella. Rio de janeiro:*Civilização Brasileira 1982

24. FON, Antonio Carlos*. Tortura. A História da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 1978

25. GASPARI, Elio - "*A Ditadura Envergonhada*" São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

26. _____ *A Ditadura Escancarada* - São Paulo: Companhia da Letra, 2002.

27. HOBSBAWM, Eric. *Sobre a História,* Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

28. _____ *Era dos extremos,* Trad. Marcos Santarrita.São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

29. _____ *A Era das revoluções, 1789-1848*, Trad. Maria Tereza L. Teixeira e Marcos Penchel. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

30. IBIAPINA, Sergio Ferreira da Costa, OSAKA Gabriel, GARRAFA Volnei. coordenadores. Brasília: Conselho Federal de Medicina. *Iniciação à Bioética,* pp. 231- 341, 1998.

31. LÓPEZ PIÑERO, José Maria– *Antologia de clássicos médicos*. Madrid: Editorial Tricastela, 1998.

32. *Larousse Cultural – Grande Enciclopédia* – vol. 13. São Paulo: Nova Cultural 1998.

33. LEAL,Esteban. *Guernica.* Madrid, ES. Aldeasa, 2003.

34. LEVI, Primo.*Os Afogados e os sobreviventes.* Trad. Luiz Sergio Henriques. São Paulo: Ed. Paz e Terra. 2004.

35. LEVERGEOIS, Bertrand. Giordano Bruno, a luz do fogueiro. *Revista História Viva*, p. 37,38. maio 2007. São Paulo: Edouro.

36. LYONS, Albert S., PETRUCELLI R.Joseph. *História da medicina*. Trad. J.M. Lopez. São Paulo: Ed. Manole Ltda., 1997.

37. MACGRATH, Alister; MACGRATH Joanna - *Delírios de Dawkins. São Paulo*: Mundo Cristão, 2002.

38. MADUREIRA Pedro Paulo Sena. *Santo Agostinho* São Paulo:Editora Três 1973.

39. MEIRELLES, Domingos. 1930 *Os órfãos da Revolução*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

40. MORAES, Mario Sergio de. *Ocaso da ditadura*: Wladimir Herzog. São Paulo: Barcarolla, 2006.

41. MORAIS, Tais e Silva Eumano. *Operação Araguaia:* os arquivos secretos da guerrilha. São Paulo: Geração. 2005.

42. PAES BARRETO, Nelson de Azevedo. *Tipos de Tortura na Inquisição.* Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro de História da Medicina. Resumo. Curitba, PR, 11/2007.

43. PALMÉRIO Doria; BUARQUE, Sergio; CARELLI, Vincent; SAUTCHUK Jaime. *A guerrilha do Araguaia.* São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

44. _____*Tortura e Ética Médica* – Trabalho apresentado no I Simpósio de História e Saber Médico em Goiás- agosto de 2009.

45. PASSARINHO, Jarbas -Julgadores Facciosos dos Direitos Humanos – *Tendências e Debates*- Opinião pag. A3 Folha de São Paulo , 07/11/2008.

46. PEINADO,Federico Lara, Código de Hamurabi, Madrid, Editora Nacional, 1982. Pereira, Caio Mário da Silva, Instituto de Direito Civil, 3ª ed., Rio de Janeiro,

47. PRUDENTE, Juliana Pereira Diniz- *Tortura: intriga de um sistema falido*- Dissertação de Mestrado defendida e aprovada em 15 de novembro de 2003 na Universidade Federal de Goiás Orientador Professor Doutor Pedro Sergio dos Santos

48. REVISTA VEJA de 09 de dezembro de 1998 http//veja.abril.com. br/091298/p_044

49. SILVA, José Maria e. A tortura em nome da ciência. *Jornal Opção*, Goiânia, 6 de dezembro a 12 janeiro 2008.

50. SKIDMORE Thomas– *Brasil de Castelo a Tancredo*. Ed. Paz e Terra. 8ª ed. 2004. SP

51. VENTURA, Zuenir- *Minhas Histórias e dos Outros - São Paulo*: Ed. Planeta do Brasil 2005

52. WOLFENDALE Jessica- *Torture and the Military Profession* -Macmillan Publishers Limited USA 2009

ANEXOS

Direito à própria história

Quando o ministro Gilmar Mendes diz ao país que o povo tem direito à pura verdade, tem razão porque, após cinquenta anos, parte da questão do que se refere aos mortos do Araguaia, não foi resolvida. Não se pode conceber que, após tantos anos, as famílias e o publico não disponham de dados oficiais sobre as verdadeiras causas do que aconteceu. Urge que esse arquivo do período ditatorial enfrente o olhar profissional dos historiadores.

O tema da abertura dos arquivos voltou à tona com a divulgação de novas informações do acervo pessoal do tenente-coronel Sebastião Curió Rodrigues de Moura que participou na repressão à guerrilha. Em reportagem do “O Estado de são Paulo”, afirmou que alguns membros do PC do B foram executados pelo governo brasileiro. Somente 15% dos documentos da época foram entregues, segundo o Arquivo Nacional.

A Corte Internacional de Direitos Humanos, órgão oficial da OEA (Organização dos Estados Americanos) interpelou o Brasil por não divulgar à sociedade os arquivos a respeito da guerrilha do Araguaia. O Exercito mandará uma expedição para buscar os corpos dos guerrilheiros, apesar da alegação de que não tem documentos que mostrem os locais onde foram enterrados ou abandonados. Existe uma ordem judicial do governo para abrir os arquivos.

Segundo os historiadores, existe cerca de 60 corpos de guerrilheiros enterrados, nos anos 70, na região do Araguaia, sudeste do Pará, sul do Maranhão e norte do Tocantins, à época Goiás.

Serão escavadas quatorze áreas que incluem o cemitério de Xambioá, a reserva indígena Sororó, e Bacaba, onde havia um acampamento de combatentes militares.

O Exercito decidiu que não participará das escavações, mas dará apoio logístico como alimentação, transporte, medicação e segurança, sendo que os trabalhos de busca serão feitos por profissionais cedidos pela Universidade de Brasília, pela Polícia Civil, pela Policia Federal, pela instituição de pesquisa Emilio Goeldi, vinculada o Ministério de Ciência e Tecnologia, com sede em Belém do Pará.

Grupo Tortura Nunca Mais - RJ

TENTATIVAS DE MANIPULAÇÃO...

Com perplexidade e indignação, as entidades de direitos humanos e familiares de mortos e desaparecidos políticos tomaram conhecimento da criação do Comitê Interinstitucional de Supervisão das atividades do Grupo de Trabalho criado pelo Ministério da Defesa, que busca localizar e identificar os corpos dos guerrilheiros na região do Araguaia. Este Comitê, sancionado pelo Presidente da República através do Decreto de 17 de julho de 2009, tem como objetivo fiscalizar as atividades do Grupo de Trabalho acima mencionado. Apesar da composição do Comitê e do Grupo de Trabalho contar com a participação de diferentes pessoas e entidades, a estrutura, a forma e a lógica de funcionamento continuam as mesmas, já que ambos são coordenados pelo Ministro da Defesa. Esta nova composição, a nosso ver, em nada garante a transparência das investigações, pois curiosamente é o próprio Ministério da Defesa que coordena e fiscaliza suas próprias investigações.

Não podemos esquecer que toda essa *mise-en-scène* vem sendo orquestrada, nesses últimos dois meses, em função de pressões nacionais e internacionais, como a sentença promulgada em 2003 pela juíza Dra. Solange Salgado, que intimou o governo brasileiro a esclarecer as circunstâncias e a localização dos restos mortais dos guerrilheiros do Araguaia. Da mesma forma, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA considerou como crime continuado o fato do governo brasileiro não ter tomado as providências cabíveis para a elucidação de tais violações. É importante frisar que os vários governos pós-ditadura civil-militar ignoraram, sistematicamente, a existência desse processo iniciado, em 1982, por 22 familiares.

Por tudo isso, lamentamos profundamente que alguns companheiros estejam participando deste Comitê Interinstitucional acreditando nas "boas intenções" do governo federal.

Diante das considerações acima, exigimos que: Outro Grupo de Trabalho seja criado e coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos com a participação efetiva da Comissão Especial da Lei 9.140 - que tem como objetivo o esclarecimento das circunstâncias das mortes e desaparecimentos políticos e a localização dos restos mortais. Entendemos que neste Grupo de Trabalho seja necessária a presença de familiares, de entidades de direitos humanos, do

Ministério Público Federal, bem como de outras instituições da sociedade civil. Defendemos, portanto, que esse GT não tenha majoritariamente um caráter governamental, mas que seja apoiado efetivamente pelos órgãos oficiais no sentido de fornecer toda e qualquer infra-estrutura necessária para a concretização dos trabalhos.

Toda a documentação e depoimentos que foram acumulados ao longo dos últimos trinta anos através das várias caravanas realizadas pelos familiares e entidades na região do Araguaia sejam utilizados por este Grupo de Trabalho, assim como toda a documentação recolhida pelo Ministério Público Federal na região, em 2001.

Os documentos que se encontram em poder de militares e ex-membros do aparato de repressão, já declarados por eles publicamente, sejam exigidos judicialmente; a população local seja ouvida e seus depoimentos considerados documentos oficiais; todos os militares e civis envolvidos na repressão à guerrilha do Araguaia sejam convocados judicialmente para depoimento; todos os arquivos da ditadura sejam divulgados de forma ampla, geral e irrestrita.

Exigimos, portanto, que toda a sociedade brasileira saiba onde, como, quando e por quem foram praticados os crimes de lesa-humanidade ocorridos no período de 1964 a 1985.

Pela Vida pela Paz!

Tortura Nunca Mais!

Rio de Janeiro, 22 de julho de 2009

Grupo Tortura Nunca Mais/RJ

Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo.

Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania

Coletivo Contra a Tortura

Instituto de Estudos Sobre a Violência do Estado - IEVE

Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos

Articulação Brasileira de Lésbicas - ABL

Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais - ABGLT

Associação dos Anistiados Políticos Aposentados Pensionistas e Idosos/SP - ANAPI

Centro Cultural Afro Brasileiro Ysun-Okê

Centro de Vida Independente-Araci Nallin Coletivo Contra Tortura- SP

Fórum estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo

FOPEDH-RJ

Humanitas DH e Cidadania

Instituto de Estudos Sobre a Violência do Estado

Movimento DELLAS

Redes de Comunidades e Movimentos Contra a Violência

B273s Barreto, Nelson de Azevedo Paes.
O suplício do corpo e a destruição do eu: sensibilidades diante da tortura na história recente do Brasil / Nelson de Azevedo Paes Barreto. – 2010.
86 f.: Il.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2010.
"Orientador: Prof. Dr. Eduardo José Reinato".

1. Tortura – dor – suplício do corpo – medicina - história. 2. Ditadura militar – tortura – história – Brasil. I. Título.

CDU: 323.285(091)(81)(043.3)